

EDERSON DOS SANTOS IZELI

**O SIGNIFICADO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA: PESQUISA EXPLORATÓRIA NO MUNICÍPIO DE ASSIS
CHATEAUBRIAND-PR**

**TOLEDO
2007**

EDERSON DOS SANTOS IZELI

**O SIGNIFICADO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA: PESQUISA EXPLORATÓRIA NO MUNICÍPIO DE ASSIS
CHATEAUBRIAND-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do
Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Ms. Esther Luiza
Lemos Hein.**

**TOLEDO
2007**

EDERSON DOS SANTOS IZELI

**O SIGNIFICADO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA: PESQUISA EXPLORATÓRIA NO MUNICÍPIO DE ASSIS
CHATEAUBRIAND-PR**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Ms. Esther Luiza
Lemos Hein.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Ms. Vera Lúcia Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Dr^a. Zelimar Soares Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Alfredo Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 20 de novembro de 2007.

A todos aqueles que trabalham para
estudar e estudam para trabalhar,
almejando um futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, não com o intuito de seguir um modelo estéril, mas como forma de demonstrar minha gratidão pela força que, com certeza, foi muito necessária para que eu conseguisse chegar ao fim deste trabalho e curso. Acredito que o caminho de nossas vidas é trilhado por nós, individualmente, mas ele será muito mais prazeroso se estivermos sendo guiados por uma força maior, que nos impulsiona nos momentos difíceis e que nos torna a cada dia melhores.

Aos meus queridos pais, Devanir Izeli e Maria Aparecida dos Santos Izeli, poderia agradecer por milhares de coisas, que durante toda minha vida me proporcionaram, sendo eu hoje fruto do amor, trabalho e empenho deles, sempre lutando para criar os filhos da melhor forma possível. Vale relembrar as várias cobranças que sempre me fizeram com relação aos estudos, essencial para a minha formação. Muito obrigado também aos meus irmãos, Leandro e Eberson, que várias vezes fizeram minhas “tarefas de casa” para que eu pudesse estudar. E, por fim, já fazendo parte da minha família, gostaria de agradecer a minha namorada Marcela, uma super-companheira com quem várias vezes compartilhei as dificuldades deste trabalho.

Não poderia deixar de lembrar daqueles que durante os cinco anos em que estive na universidade não mediram esforços para me ensinar. A todos os professores do curso de Serviço Social da Unioeste muito obrigado! Especialmente a professora Esther, que merece um agradecimento particular, haja vista a sua atenção e orientações no decorrer deste ano de 2007, onde construímos juntos este trabalho de conclusão de curso.

Ao agradecer os meus colegas de turma, não poderia deixar de lembrar da Índia Nara, que hoje é professora da Unioeste, mas que há um ano era minha companheira de turma e que é um exemplo de força de vontade, da mesma forma que várias outras pessoas da sala que lutavam com filhos, trabalho e muitas outras dificuldades e que conseguiram vencer.

Merece também um agradecimento especial a assistente social Miriam, com quem pude “tomar gosto” pela prática profissional, durante o estágio no CEMIC de Assis Chateaubriand.

E, por fim, acredito que o maior agradecimento vai às famílias que fizeram parte deste trabalho. Muito obrigado pelo tempo e pela colaboração.

IZELI, E. dos S. **O significado do Programa Bolsa Família no modo de produção capitalista:** pesquisa exploratória no município de Assis Chateaubriand-PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2007.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui como objeto de análise o Programa Bolsa Família (PBF)¹, criado pela lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e seu significado no modo de produção capitalista, particularmente a partir das mudanças ocorridas em meados da década de 1970. O interesse em se pesquisar sobre esta temática surgiu ao se conhecer a realidade das famílias que possuem vinculação com o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade (CEMIC) de Assis Chateaubriand, local de realização de estágio curricular no ano de 2006. O conhecimento citado foi possível graças ao levantamento sócio-econômico implementado durante o processo de estágio, que mostrou, entre outras categorias, o elevado número de famílias que recebiam benefícios do PBF. A partir de então iniciou-se o processo que resultou nesta pesquisa exploratória e bibliográfica, com abordagem qualitativa/quantitativa. A técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista semi-estruturada, utilizando-se formulário e o gravador. O universo pesquisado se constitui pelas 58 famílias que responderam ao formulário específico do levantamento sócio-econômico e a amostra intencional foi de quatro famílias. O objetivo geral desta pesquisa é perceber qual o significado do PBF na vida das famílias beneficiárias que possuem filhos no CEMIC, no contexto das mudanças ocorridas no modo de produção capitalista. Já os objetivos específicos são: verificar como está sendo o acesso das famílias aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, assistência social e trabalho e sua relação com o PBF; analisar o significado do PBF para as famílias onde os seus membros se encontram desempregados ou exercendo trabalhos temporários e perceber a relação entre o PBF e as transformações ocorridas no modo de produção capitalista a partir dos anos 1970. A estruturação deste TCC está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista e os reflexos que elas causaram para a classe trabalhadora. No segundo retomamos o contexto histórico em que surgiram no Brasil as propostas dos programas de transferência de renda, até a criação do PBF. E no terceiro capítulo encontra-se a caracterização dos beneficiários do PBF e análise das entrevistas com as famílias a partir dos eixos Trabalho, Pobreza e Programa Bolsa Família.

Palavras chave: Modo de produção capitalista, trabalho e Programa Bolsa Família.

¹No decorrer de todo o texto utilizaremos esta sigla para denominar o Programa Bolsa Família.

SUMÁRIO

RESUMO	5
INTRODUÇÃO.....	7
1. MUDANÇAS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS PARA A CLASSE TRABALHADORA	11
1.1. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	11
1.2. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	14
1.3. SITUAÇÃO ATUAL DA CLASSE TRABALHADORA.....	21
2. A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990 SOB O IDEÁRIO NEOLIBERAL: A ESPECIFICIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	27
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL.....	28
2.1.1. Os cinco momentos dos programas de transferência de renda no Brasil.....	30
2.2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	33
3. TRABALHO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	35
3.1. CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	35
3.1.1. Situação ocupacional	36
3.1.2. Composição familiar	36
3.1.3. Idade.....	37
3.1.4. Condições de domicílio	37
3.1.5. Renda	38
3.1.6. Grau de escolaridade	38
3.2. INTER-RELACIONANDO AS CATEGORIAS	39
3.2.1 Trabalho	40
3.2.2 Pobreza	43
3.2.3. Programa Bolsa Família.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
APÊNDICES	56

INTRODUÇÃO

O desemprego, a pobreza e a insegurança com relação ao futuro são algumas dimensões comuns que milhares de brasileiros vivenciam em suas cotidianidades. Segundo Soares (2003, p.65), cerca de 2,8 bilhões vivem no Brasil com menos de dois dólares diários e, em situação mais extrema, estão 1,2 bilhão de sobreviventes com apenas um dólar.

Poderíamos ainda citar várias outras carências pelas quais passa a população, mas acreditamos que as descritas já são suficientes para, sumariamente, percebermos o contexto histórico onde está inscrito o PBF do Governo Federal, que se caracteriza pela sua ação de transferência de renda com condicionalidades a famílias pobres e extremamente pobres, execução descentralizada e conjugação de esforços entre os entes federados, considerando-se a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.136).

Veremos neste trabalho como a situação de vulnerabilidade não se concentra apenas nos grandes centros urbanos, espalhando-se por todo o território nacional e mundial, atingindo desde grandes centros urbanos a localidades menores, como é o caso de Assis Chateaubriand, município onde se encontram os sujeitos que constituem este TCC.

A confecção deste trabalho, além de ser uma exigência acadêmica, possibilita para os alunos do curso de Serviço Social um primeiro contato com a produção científica, que, com certeza, é de extrema importância para o amadurecimento pessoal enquanto profissional. Isto porque o assistente social em seu cotidiano profissional necessita de uma postura investigativa, frente a uma realidade que a cada momento impõe questionamentos, sendo muito complexa e cheia de possibilidades de interpretação e ação.

Nada mais atual e permeado por muitas discussões no contexto da assistência social e da Política Social do que o PBF, que ao nível local necessita de produção de conhecimento, tendo em vista as particularidades chateaubriandenses, que, se descobertas através de estudos, podem contribuir muito para a qualificação das ações do programa.

Por conseguinte, o interesse intelectual e prático por esta temática que ora se pretende pesquisar surgiu durante o ano de 2006, período de realização de estágio curricular. O local foi o CEMIC de Assis Chateaubriand, que é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que abriga crianças e adolescentes em regime de semi-internato, atuando no sentido de “amenizar” as problemáticas da população que se encontra em situação de risco social e pessoal decorrente do contexto sócio-conjuntural existente na sociedade em que

vivem.²

No plano de estágio supervisionada na referida entidade constava a participação no projeto “Levantamento Sócio-Econômico das famílias de crianças atendidas pelo CEMIC”, o qual foi muito importante para o surgimento da inquietação que perpassou por todo o processo desta pesquisa.

A relevância deste levantamento sócio-econômico é ressaltada porque, entre várias outras categorias pesquisadas, procurou-se conhecer se as famílias participavam de algum programa social. E, no relatório final do projeto, percebeu-se que 79,03% das famílias estão inseridas nos programas “Bolsa Família” e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), ambos do Governo Federal.

Este percentual considerável de famílias que recebem benefícios do PBF e do PETI foi o ponto inicial de curiosidade em se pesquisar acerca deste tema, que vem gerando muitas discussões ao nível nacional.

Além disso, essa pesquisa busca tanto subsidiar processos técnicos, como também ser um instrumento de luta popular pela ampliação dos direitos sociais (SILVA e SILVA *et al*, 2001, p.09), que para muitas famílias estão longe de serem usufruídos plenamente, sendo necessário a concretização de ações que assegurem o direito à educação, saúde, segurança, trabalho e vários outros de forma que cada pessoa possa viver de maneira digna.

A partir de toda esta experiência de contato com as famílias e de formatação do levantamento feito sobre elas surgiram vários questionamentos, principalmente sobre o PBF. Sendo assim, qual o significado deste programa no contexto das transformações ocorridas no modo de produção capitalista a partir de 1970?

No intuito de responder a este questionamento pretendemos perceber qual o significado do PBF na vida das famílias beneficiárias que possuem filhos no CEMIC de Assis Chateaubriand-PR, no contexto dessas transformações, concernentes ao padrão de produção/reprodução e ideologia do capital. Para isso, verificamos como está o acesso das famílias que fazem parte desta pesquisa aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho e assistência social e sua relação com o programa, além de analisar o significado do “Bolsa Família” para as famílias onde os seus membros se encontram desempregados ou exercendo trabalhos temporários. Ainda, perceber a relação existente entre a conformação do PBF e as mudanças ocorridas no interior do modo de produção capitalista, a partir de 1970.

Estes são os objetivos que perpassam todo o evoluir desta pesquisa, que se

²Esta definição foi extraída do Estatuto do CEMIC de Assis Chateaubriand.

constitui numa abordagem qualitativa, uma vez que está interessada em buscar a compreensão da dinâmica das relações sociais, sendo isto possível através do trabalho com “a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada.” (MINAYO, 1994, p.24). Entretanto, para se alcançar êxito no entendimento das relações estabelecidas no interior da sociedade é necessário também a utilização de parâmetros quantitativos, extremamente importantes quando conjugados com uma base teórica que lhes dão inteligibilidade. Explorar a realidade e a bibliografia que versa sobre esta é o binômio que perpassará por todo o corpo deste trabalho, compreendendo que é com a conjugação de dados qualitativos e quantitativos que se alcança uma maior aproximação com o movimento do real, da vida cotidiana das famílias pesquisadas.

Neste sentido os dados desta pesquisa são constituídos da análise documental realizada nas fichas e no relatório final do “Diagnóstico Social das Famílias Usuárias do CEMIC”, também servindo como fonte os dados da Secretaria de Assistência Social, especialmente do setor de benefícios e Cadastramento Único. Para se conhecer como está sendo o acesso das famílias aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho e assistência social e analisar o significado do PBF para as famílias beneficiárias foi realizada a entrevista semi-estruturada, utilizando-se formulário e gravador.

As famílias que fizeram parte desta pesquisa moram no município de Assis Chateaubriand, localizado no oeste do Paraná, que possui uma população aproximada de 28 mil habitantes.

Conforme dados do Cadastro Único do município, no mês de maio de 2007 estavam sendo recebidos 2.169 benefícios, o que significa um valor de R\$ 96.893,00/mês no consumo local. Este número total contém os benefícios remanescentes dos programas “Auxílio Gás” e “Bolsa Escola”, além do “Bolsa Família” e PETI. Todavia, o programa com maior número de benefícios é o PBF, que conta com 2.041, o que equivale a R\$ 93.998,00 que entraram na economia municipal somente no mês de maio de 2007.

Como acontece em todos os outros municípios brasileiros, existem muitas famílias que necessitam dos serviços sociais executados no município. Dentre todas as entidades que compõem a rede de proteção social em Assis Chateaubriand, o CEMIC será a que privilegiaremos, enquanto local onde os sujeitos desta pesquisa mantêm relações. Desta forma, para a obtenção da amostra dos sujeitos, optamos pela forma intencional, adotando os seguintes critérios: 1) Famílias em extrema pobreza, sendo consideradas aquelas com renda *per capita* de até R\$ 60,00; 2) Famílias compostas por Pessoas Portadoras de Deficiência e

Idosos; 3) Chefiadas por mulheres e 4) Maior tempo de permanência no CEMIC. Após a verificação destes critérios nas 58 fichas confeccionadas quando da implementação do levantamento sócio-econômico das famílias usuárias do CEMIC, chegamos a quatro que serão a amostra para esta pesquisa.

Por fim, este TCC está formatado em três capítulos com várias subdivisões, além de conter dois apêndices, sendo um o roteiro de questões orientadoras das entrevistas e o outro o relatório final do levantamento sócio-econômico já várias vezes citado.

No primeiro capítulo abordaremos algumas características singulares do modo de produção capitalista, dando ênfase às alterações advindas com a crise dos anos 1970, sendo elas a reestruturação ocorrida no padrão de produção de mercadorias e a conquista de hegemonia do ideário neoliberal.

Já no segundo capítulo buscamos mostrar como historicamente os programas de transferência de renda foram se constituindo no Brasil, no decorrer da década de 1990, e o contexto social, político e econômico em que ocorreram as discussões em torno destes programas até a implementação do PBF pelo Governo Lula.

E no último capítulo almejamos perceber, através das falas das entrevistadas, como todo o processo descrito nos capítulos anteriores se revelam na vida das famílias pesquisadas, tendo como eixos de análise as categorias Trabalho, Pobreza e Programa Bolsa Família.

1. MUDANÇAS NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SEUS REFLEXOS PARA A CLASSE TRABALHADORA

1.1. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O surgimento do sistema capitalista de produção ocorre a partir do século XVI, quando há a transição da economia manufatureira para a economia industrial, sendo os meios de produção concentrados por indivíduos em oficinas. Esta separação entre o trabalhador e os meios de produção se acelerou com a Revolução Industrial em 1780, promotora de grandes inovações técnicas que deu origem às grandes indústrias e conseqüentemente ao operário, que se estabeleceu numa relação antagônica com o capitalista (COSTA, 1997).

Mas, o que é o modo de produção capitalista? “Em essência, o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia.” (IANNI, 1982, p.08). Pois as relações, as pessoas e as coisas passam a fazer parte de um movimento onde são transformadas em mercadorias, comercializáveis e possibilitadoras de lucro, o mesmo acontecendo com a força de trabalho, vendida pelo operário em troca de um salário, sendo ela uma mercadoria especial, na medida em que detém a condição de produzir valor.

Na sua análise do capitalismo, Karl Marx concebeu duas categorias que distinguem aquele de outros modos de produção anteriores, sendo estas a mercadoria e a produção de mais valia. Nesse decurso analítico Marx aponta que “a mercadoria se singulariza por exprimir, em última instância, uma relação determinada de alienação entre o operário e o capitalista.” Alienação porque a mercadoria incorpora além de um valor de uso, responsável pela satisfação de uma necessidade humana, um valor de troca, apropriado pelo capitalista e trocado no mercado. Ou seja, o operário é o responsável pela criação do valor da mercadoria, uma vez que este é energia humana, mas ela é acumulada pelo capitalista, detentor dos outros meios de produção. Em troca o operário recebe um salário, como pagamento da sua força de trabalho empreendida na produção de mercadorias. (IANNI, 1982, p.09/19).

Eis nesta relação a segunda categoria tratada por Marx, no sentido de que é pela extração da mais-valia que o capitalista consegue acumular riquezas, uma vez que “[...] compra certa quantidade de força de trabalho do operário, mas faz com que ele produza maior quantidade de valor do que o que lhe é restituído sob a forma de salário.” Esta mais-valia se configura em duas formas, sendo elas mais-valia absoluta, quando resulta da extensão da jornada de trabalho, e mais-valia relativa, quando a produtividade da força de trabalho é

aumentada com a incorporação da tecnologia, divisão social e técnica do trabalho ou outros mecanismos. (IANNI, 1982, p.19).

Ademais, o modo de produção capitalista conforme foi se constituindo hegemonicamente apresentou grandes contradições, caracterizando-se pela presença de crises cíclicas, determinadas principalmente pela concorrência e lutas da classe proletária contra a exploração, além de constituir uma organização societária concentrada nas cidades, onde há uma grande polarização social. Esta última característica, ou seja, a polarização social, é extremamente necessária para a industrialização capitalista, levando-se em conta a necessidade de exploração da classe proletária para a acumulação de riquezas. (NETTO, 1985, p.III)³.

Segundo Netto (1985, p.VII/IX), o modo de produção capitalista é composto de algumas leis, imanes e invioláveis, necessárias à sua produção. São elas, a lei da concorrência, da centralização do capital, da crise periódica e da pauperização das massas. Ainda segundo o autor, a grande indústria possui uma característica de centralização econômica, social e ecológica, produzindo, respectivamente, uma concentração da riqueza socialmente produzida, polarização entre as classes sociais e o aparecimento da classe operária, que vive principalmente nas grandes cidades, onde sofre todas as mazelas possíveis de sua condição de classe explorada.

Neste sentido, Engels (1985, p.36) traz um relato bastante detalhado desta condição social da classe trabalhadora, que vive na Inglaterra nos anos da primeira Revolução Industrial (1780/1840). Nesta a sociedade burguesa já está constituída e dilacerada pelas contradições. Para ele, o princípio fundamental da sociedade burguesa é o individualismo, que se manifesta concretamente e de forma bastante ampliada “na confusão da grande cidade”, onde existe uma guerra social.

[...] as pessoas não se consideram reciprocamente senão como sujeitos utilizáveis; cada um explora o próximo, e o resultado é que o forte pisa o fraco e que o pequeno número de fortes, [...], os capitalistas, se apropriam de tudo, enquanto que ao grande número de fracos, aos pobres, não lhes resta senão a própria vida, e nada mais. (ENGELS, 1985, p.36).

Sendo assim, a condição destes pobres é bastante crítica. O mesmo autor (1985, p.37) assevera que para eles ou existe a alternativa de encontrar trabalho e viver com um

³Prólogo à edição brasileira do livro de Engels, “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, motivo pelo qual a numeração das páginas se encontra em algarismos romanos.

salário que mal dá para suprir as suas necessidades de reprodução biológica, ou então encaminha-se pela via do roubo, ou ainda, em último caso, morre de fome.

Pode-se resumir assim a situação da classe trabalhadora inglesa nesta época:

[...] a quase totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas em mau estado, úmidas e sujas; que as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. (ENGELS, 1985, p.77).

É a partir desta contradição imanente ao capitalismo - onde aquele que produz e cria valor é destituído do fruto de seu trabalho, sofrendo grandes conseqüências em sua condição de vida, pois as mercadorias são concentradas por uma minoria que possui a propriedade dos meios de produção - que vai se constituindo a luta da classe proletária contra a classe burguesa. Esta luta se desenvolve na mesma proporção em que o sistema capitalista progride em seu objetivo de acumular riquezas, pois é a partir das condições de trabalho que se propiciam as possibilidades para a organização dos trabalhadores. É a situação crítica de vida da classe trabalhadora relatada por Engels (1985) que possibilitará a perspectiva de uma luta por interesses comuns. Pois “há uma determinação recíproca entre alienação, antagonismo e revolução”. (IANNI, 1982, p.18).

Ianni (1982, p.28), postula que a classe operária desde seu início vem lutando contra as relações de alienação em que se acha inserida, formando nesse percurso a sua consciência política, buscando entender as estruturas de sua exploração. Chega-se então num grau em que a classe operária compreende o Estado burguês como o núcleo do regime em que se funda a sua alienação.

Para Marx este Estado está inserido no jogo das relações entre as pessoas, os grupos e as classes sociais, sendo uma “[...] ‘colossal superestrutura’ do regime capitalista e como o ‘poder organizado de uma classe’ social em sua relação com as outras.” Sendo assim, o Estado é constituído pelas várias contradições que existem entre as classes sociais na sociedade, sendo, portanto, um produto destas contradições políticas, que aparece desde seu início de uma forma fetichizada, aparentando uma forma abstrata, como vontade coletiva geral. (IANNI, 1982, p.31).

Além disso, o Estado burguês em sua dimensão econômica é caracterizado como um “comitê administrativo dos negócios da classe burguesa”, pois ao mesmo tempo que ele é

constituído nas relações de dependência, alienação e antagonismo entre as duas classes sociais substantivas do regime capitalista, ele constitui e fornece mecanismos de reprodução destas relações. (IANNI, 1982, p.32).

Isto implica a admissão de alguns interesses da classe proletária, subjugando-a por meio do aparelho estatal, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e destruir os movimentos sociais promovidos pelos trabalhadores. Esta conciliação de interesses “[...] tanto propicia a continuidade e aceleração da produção de mais-valia como permite evitar o agravamento das contradições de classes além dos limites convenientes à vigência do regime.” (IANNI, 1982, p.37/38).

Esta característica do Estado permite em momentos de crises, a aparência de uma certa autonomia, como se “pairasse” sobre a sociedade, mas como sua base de apoio é a sociedade burguesa permanece operando de acordo com as determinações desta (IANNI, 1982, p.40).

1.2. NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Para entendermos todo o processo de mudanças ocorridas no modo de produção capitalista a partir dos anos 1970 temos que apreender este movimento em duas dimensões.

Neste momento histórico o capitalismo se viu obrigado a construir um projeto visando recuperar a sua hegemonia, sendo ele denominado neoliberalismo, além de reestruturar o seu padrão produtivo, passando do modelo fordista/taylorista⁴ para o da acumulação flexível, que tem no toyotismo a sua modalidade mais importante (ANTUNES, 2002, p.47).

Os antecedentes históricos destas mudanças surgiram após o fim da II Guerra Mundial, quando em alguns países da Europa se consolidou um Estado intervencionista e de bem-estar social, caracterizado pelo pleno emprego e regulação do mercado, além de um maior gasto social com educação, saúde e outros serviços sociais.

⁴ “[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril [...]”. (ANTUNES, 1995, p.17).

O neoliberalismo, portanto, é uma reação teórica e política contra este Estado, tendo sua origem com Friedrich Hayek⁵. Mas é somente após a crise de 1973 que suas propostas começarão a ser discutidas e implementadas, pois anteriormente o capitalismo estava vivendo sua “idade de ouro”, com um crescimento jamais visto em sua história, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960. (ANDERSON, 1995, p.10).

Com o advento da crise de 1973, que para Hayek e outros intelectuais possuía como elementos precipitadores a força reivindicatória dos sindicatos que lutavam pelo aumento dos gastos sociais do Estado, o neoliberalismo se tornou um “movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado” (ANDERSON, 1995, p.22).

A sua proposta para combater a crise econômica e política do capitalismo era a constituição de um Estado simultaneamente forte contra os sindicatos e fraco nos gastos sociais, buscando uma estabilidade monetária com a diminuição da inflação, realizando reformas fiscais e mantendo uma taxa “natural” de desemprego. Este receituário neoliberal foi aos poucos ganhando hegemonia, surgindo vários países que começaram a adotá-lo a partir dos anos 1980, como é o caso da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha (ANDERSON, 1995, p.11).

Estava assim construído e implementado o projeto de recuperação da hegemonia capitalista, que conseguiu vários êxitos em seus objetivos no decorrer da década de 1980, como deflação, aumento dos lucros e do grau de desigualdade. Estes êxitos estão basicamente relacionados com a derrota do movimento sindical, que nos anos 1980 viu seu principal mecanismo de luta, a greve, ser duramente combatida pelo Estado neoliberal, o que acarretou na contenção dos salários e no aumento do crescimento das taxas de desemprego. Em contrapartida, o neoliberalismo não conseguiu o êxito principal de seu projeto, que era “a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70.” (ANDERSON, 1995, p.15).

O crescimento ocorrido nos anos 1980 foi muito aquém ao esperado, resultado da preferência dos investidores no mercado especulativo, favorecido com a desregulamentação financeira promovida pelo próprio neoliberalismo, o que acarretou o não investimento no setor produtivo. Além disso, apesar de todos os esforços de diminuição dos gastos sociais estes não diminuíram, devido à grande massa de desempregados e aposentados.

⁵Hayek escreveu em 1944 “O Caminho da Servidão”, texto originário do neoliberalismo, onde o autor ataca veementemente qualquer mecanismo de regulação do mercado por parte do Estado, entendendo o controle como uma ameaça à liberdade econômica e política. (ANDERSON, 1995, p.09).

(ANDERSON, 1995, p.16).

Não obstante, este fracasso não foi suficiente para a crise do neoliberalismo. Isto porque, em 1989, estiveram reunidos nos Estados Unidos membros do governo americano, do FMI, Banco Mundial, BID e economistas de vários países da América Latina para avaliar as reformas econômicas que vinham sendo implementadas nos países da região⁶. As conclusões deste encontro, que versam sobre a excelência daquelas reformas, resultou no denominado “Consenso de Washington”, que simplesmente registrou positivamente o grau de efetivação das políticas neoliberais recomendadas em troca de apoio financeiro. (BATISTA, 2005, p.11/12).

Desta forma, vemos como o neoliberalismo continua sendo a forma ideológica dominante de pensar a ação do Estado, mesmo quando o capitalismo avançado entra em recessão no início da década de 1990. Ao contrário, é precisamente neste contexto que ele passa a ser assumido como ideário por vários países da América Latina, que, de acordo com Anderson (1995, p.19), é o terceiro grande cenário de experimentações neoliberais, sendo o primeiro os países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE) e o segundo a antiga União Soviética.

Ao lado do projeto neoliberal, o capitalismo implementou uma série de mudanças no seu padrão de produção de mercadorias. Estas transformações iniciaram-se no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, como respostas à crise que o capitalismo estava atravessando, principalmente nos países mais desenvolvidos industrialmente.

Esta, com certeza, não foi a primeira e nem será a última crise pela qual o capitalismo irá passar, uma vez que elas são necessárias para a obtenção de níveis mais elevados de exploração da força de trabalho e a conseqüente acumulação de riquezas.

Sendo assim, podemos dizer que o capitalismo, modo de produção e ordenação da sociedade mundialmente instalado, no decorrer de sua história, desenvolveu algumas características que o singularizam.

Persiste a predominância de crises que, de tempos em tempos, afeta o seu padrão de acumulação e hegemonia, além de uma conseqüente polarização social, advinda da destituição dos meios de produção da classe trabalhadora, que também se faz necessária para o desenvolvimento deste sistema econômico (NETTO, 1985, p.III).

No que diz respeito à primeira característica, ou seja, a relacionada a crises,

⁶Neste momento histórico, o Brasil ainda não havia assumido o receituário dos organismos financeiros internacionais, iniciando o processo de reformas no âmbito do aparelho estatal anos mais tarde, primeiramente com o presidente Fernando Collor de Mello e, após, com Fernando Henrique Cardoso.

Antunes (2002, p.30) qualifica o capital como um modo de produção composto por uma crise estrutural. Ainda segundo o autor, essa crise estrutural se manifesta mais uma vez no início dos anos 1970, quando o capitalismo é atravessado mundialmente por mais uma recessão, composta essencialmente pela queda da taxa de lucro, esgotamento do taylorismo/fordismo, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais, crise do welfare state, privatizações, desregulamentações e flexibilização. A raiz deste processo de crise se encontra no excesso de produção de mercadorias, que acarreta na queda da taxa de lucro e na retirada de capital do setor produtivo e sua aplicação no setor financeiro.

Além dessas dimensões, também ocupou papel central na deflagração dessa crise a luta de classe promovida pelos trabalhadores, que demonstravam descontentamento ao caminho social-democrata do movimento operário.

“Se o operário-massa foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60.” (ANTUNES, 2002, p.41).

Deste modo, a propugnada crise do fordismo/taylorismo se apresenta apenas como uma expressão fenomênica de uma crise estrutural do capital, que na época necessitava de novos mecanismos reprodutores do seu modo de produção.

Holloway (*apud* ANTUNES, 2002, p.31), esclarece o que significa este momento histórico do capitalismo, ao dizer que “a crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe [...]”.

Isto porque as características do fordismo/taylorismo já não eram suficientes para a inesgotável necessidade capitalista de acumulação, que se via num processo onde o excesso de produção de mercadorias, muito além do potencial de consumo, levou ao rebaixamento da taxa de lucro, acarretando na retirada de capital do setor produtivo e aplicação no setor financeiro, especulativo.

Além disso, como citado anteriormente, emergia no interior das fábricas o movimento dos trabalhadores reivindicando o controle social da produção, que, apesar de possuir vários limites⁷, mostrou (como Marx e Engels já haviam concordado em 1844) por

⁷Antunes (2002, p.44) indica como limites a dificuldade de desmontar a estrutura social-democrática; falta de articulação com os “novos movimentos sociais” e também não conseguiu consolidar formas alternativas de organização, para a superação do sindicalismo clássico.

qual via deve-se buscar a solução das contradições econômico-sociais do sistema capitalista, sendo esta a luta política conduzida pelos trabalhadores.

Neste contexto, a classe capitalista buscará respostas a essa “crise”, implementando um processo de reestruturação do seu padrão de acumulação, além de construir um projeto de recuperação da sua hegemonia, ou seja, o neoliberalismo, que propõe várias mudanças na postura do Estado frente às relações com os trabalhadores.

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. (BERNARDO, *apud* Antunes, 2002, p.45).

Surge então o paradigma da acumulação flexível, um padrão produtivo com uma organização e tecnologia mais avançados que o modelo fordista/taylorista anterior, constituído por novas técnicas da gestão da força de trabalho e pela introdução da computação no processo produtivo. A estrutura de produção se tornou mais flexível, com a desconcentração das unidades produtivas e a terceirização das atividades. (ANTUNES, 2002, p.52).

Para HARVEY (*apud* ANTUNES, 1995, p.20), a acumulação flexível busca a flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e do padrão de consumo. O autor postula ainda que esse padrão de acumulação mais flexível está orientado prioritariamente para o crescimento, apoiando-se numa maior exploração do trabalho, por meio da articulação entre tecnologia e organização do processo de trabalho.

Surgem então novas tecnologias de produção conjugadas a outros métodos, como o neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo, kalmarianismo e toyotismo, que tinham como objetivo superar as raízes da crise capitalista, entre elas o excesso de produção de mercadorias promovido pelo modelo fordista/taylorista (ANTUNES, 1995, p.16).

Dentre todos estes novos métodos de produção será o toyotismo que mais se destacará, uma vez que foi o que demonstrou a maior “potencialidade universalizante”. Ademais, foi um dos responsáveis pelo aumento da produção japonesa, que anteriormente se encontrava “caoticamente” organizada, surgindo como resposta ao sindicalismo combativo japonês, que era um grande “entrave” para a obtenção da lucratividade desejada. (ANTUNES, 1995, p.30).

Seu processo de produção é conduzido pela demanda, sendo ela variada e

diversificada, diferentemente do que era proposto pelo fordismo. No toyotismo é o consumo quem define o que será produzido, pois as indústrias operam com um estoque mínimo, que é repostado pelo sistema *just in time* (produção sincronizada) e *kanban*. Este último é inspirado nos métodos de reposição de mercadorias dos supermercados americanos. Portanto, o processo de produção no toyotismo se inverte, iniciando-se a partir do consumo. (ANTUNES, 1995, p.26).

GUNET (*apud* ANTUNES, 1995, p.27), mostra que o sistema toyotista supõe uma intensificação da exploração do trabalho, por meio da atividade simultânea dos trabalhadores em várias máquinas e pelo sistema de luzes, que impõe o ritmo de trabalho. Além disso, o toyotismo se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores, gerando a tão propalada taxa “natural” de desempregados que tanto o capitalismo necessita em seu modelo de desenvolvimento econômico.

Por fim, a subordinação do trabalho ao capital neste momento histórico específico em que há a predominância do método toyotista de produção se estabelece mais pela via consensual, envolvente, participativa e manipulatória e menos pela via despótica como era característico do modelo fordista, o que não implica necessariamente uma redução da exploração da força de trabalho, mas sim uma superexploração, na medida em que não se explora mais somente a sua força física, mas também sua criatividade, capacidade de organização e inteligência (ANTUNES, 1995, p.34).

Os princípios do toyotismo foram sendo aos poucos adaptados às realidades empresariais de outros países, que buscavam neste modelo a sua adaptação à fase atual do capitalismo, caracterizada principalmente pelo aumento da concorrência, diferenciação e qualidade das mercadorias.

As premissas toyotistas foram assumidas também por setores empresariais dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, engendrando conseqüências negativas para a classe trabalhadora em escala ampliada⁸, uma vez que a sua finalidade básica é a obtenção de níveis mais elevados de exploração da força de trabalho.

O processo de ocidentalização do toyotismo mescla, [...] elementos presentes no Japão com práticas existentes nos novos países receptores, decorrendo daí um processo diferenciado, particularizado e mesmo singularizado de adaptação desse receituário. (ANTUNES, 2002, p.57).

⁸Antunes (2002, p.53) cita a desregulamentação de direitos, fragmentação da classe trabalhadora, precarização e terceirização dos trabalhos, além da destruição do sindicalismo.

Receituário esse que resumidamente possui as seguintes características: “[...] flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, kanban, just in time, kaizen, team work, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa [...]”. (ANTUNES, 2002, p.55).

Flexibilização da produção, onde “[...] parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entres eles.” E dos trabalhadores, com a ampliação de atividades temporárias ou subcontratadas. (ANTUNES, 1995, p.22).

Um bom exemplo desta nova característica do capitalismo são os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e o kaizen, que em circunstâncias diferenciadas desenvolvem quase as mesmas funções.

Para Cohn e Marsiglia (1993, p.70) os CCQs são formados e organizados pelas empresas para que os trabalhadores se reúnam em grupos para a discussão e elaboração de sugestões visando a melhoria da produção, do ambiente de trabalho e da maquinaria. No entanto, ainda segundo a autora, estas sugestões são levadas em consideração somente quando favorecem o aumento da produtividade.

Já o kaizen é uma experiência inglesa introduzida após a vitória de Thatcher, que é o resultado das atividades dos trabalhadores reunidos em grupos, visando o desenvolvimento de projetos para a melhoria das diversas etapas do processo de trabalho, com base na experiência dos trabalhadores. “O Kaizen, [...], cumpre uma função claramente ideológica, de envolvimento dos trabalhadores com o projeto da empresa.” (ANTUNES, 2002, p.79/80). A importância do kaizen também se manifesta no papel que desempenha no processo de crise do sindicalismo inglês, na medida em que desenvolveu um sistema de comunicação sem a interferência de terceiros.

Segundo Antunes (2002, p.89), percebe-se que nas empresas onde foram implementados os princípios do toyotismo, principalmente aqueles que ideologicamente propõem o envolvimento dos trabalhadores com os objetivos patronais, tem sido possível constatar uma redução da atividade sindical e intensificação do ritmo de trabalho.

Podemos perceber assim, segundo Cohn e Marsiglia (1993, p.59), que o modo de produção capitalista ao longo de sua história construiu vários processos de trabalho, que se elevam para além do aspecto estritamente técnico, mas também são formados por processos sociais e econômicos, decorrentes das relações de classe e do desenvolvimento científico-tecnológico, sendo a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho o “[...] traço distintivo da reestruturação produtiva do capital sob a condução do projeto neoliberal.”

(ANTUNES, 2002, p.90).

1.3. SITUAÇÃO ATUAL DA CLASSE TRABALHADORA

Ao escrever sobre a situação atual em que se encontra a classe trabalhadora mundial, no contexto da série de mudanças que alterou significativamente a relação entre capital e trabalho, faz-se necessário estabelecer como estamos entendendo esta categoria contemporaneamente.

Com efeito, visualizamos a classe trabalhadora na perspectiva da tradição marxista, que segundo a definição de Antunes (2002, p.102), é “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”.

Diz-se que são produtivos aqueles trabalhadores que participam diretamente do processo de valorização do capital, isto é, os que estão circunscritos nas indústrias, produzindo mercadorias. Em contrapartida, na teoria, os trabalhadores improdutivos são aqueles que seus trabalhos são utilizados como serviços, não se constituindo “como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (ANTUNES, 2002, p.102). Podemos citar, como exemplo, os assistentes sociais, médicos, jornalistas e professores, além de uma série de outros trabalhadores, que mantêm “[...] atividades ligadas à circulação, distribuição e consumo de mercadorias [...]”. (COHN e MARSIGLIA, 1993, p.66).

Segundo Antunes (2002, p.103), esta é uma noção ampliada de classe trabalhadora, pois incorpora a totalidade dos trabalhadores assalariados, uma vez que estes se tornaram muito complexos, heterogêneos e diversificados.

Esta metamorfose na sua configuração ocorreu porque nas últimas décadas teve início um processo de desproletarização do trabalho industrial, acarretando muitas mudanças no “mundo do trabalho” ao nível mundial. A desproletarização atingiu primeiramente os países industrialmente mais desenvolvidos, como é exemplo a Inglaterra, e somente num momento posterior irá afetar também os menos desenvolvidos, como Brasil, México e Coréia, “[...] que depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas anteriores, começaram a presenciar mais recentemente significativos processos de desindustrialização e desproletarização [...]”. (ANTUNES, 2002, p.105).

As mudanças referidas, advindas deste processo, foram:

1 - A expansão do trabalho assalariado, aquele caracterizado anteriormente como improdutivo, ou seja, o setor de serviços.

2 - Maior heterogeneização no interior da classe trabalhadora, com a introdução do trabalho feminino.

3 – Subproletarização dos trabalhadores, que passaram a desempenhar trabalhos parciais, temporários, precários, subcontratados e terceirizados. (ANTUNES, 1995, p.41).

Bühr (*apud* ANTUNES, 1995, p.44), afirma que todo o conjunto de trabalhadores atualmente comunga de uma extrema precariedade em seus empregos e salários, sofrendo com a desregulamentação das normas relativas à organização do trabalho e redução dos direitos sociais.

Esta classe de trabalhadores atualmente, conforme nos mostra Antunes (2002, p.107), “[...] é crescentemente composta por [...] mulheres e terceirizados e/ou precarizados [...]”.

Ainda conforme Antunes (2002, p.105), o aumento do trabalho feminino ocorre principalmente nos trabalhos parciais, precários e desregulamentados, no marco de uma divisão sexual do trabalho posta em prática pela reestruturação produtiva do capital, que significou maior exploração das mulheres.

Na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras [...] (ANTUNES, 2002, p.105).

Esta heterogeneidade e fragmentação de composição da classe trabalhadora coloca para os sindicatos um grande desafio. O resultado de todas estas mudanças para a organização dos trabalhadores se delinea na ausência de proteção e expressão sindical, configurando-se nos dias de hoje uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

Antunes (1995, p.59) postula que o sindicalismo passa contemporaneamente por uma crise, devido, principalmente, à diminuição das taxas de sindicalização⁹ a partir de 1980. O autor expõe ainda que o elemento decisivo desta crise é o fosso que passou a existir entre os trabalhadores estáveis e os subproletários, que exercem trabalhos temporários, parciais e informais.

⁹Taxa de sindicalização é a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada.

Ainda que tenha ocorrido um avanço na organização sindical dos assalariados médios, nomeadamente aqueles do setor de serviços, este não foi suficiente para reverter o processo de crise em que se encontra este mecanismo de pressão da classe trabalhadora. (ANTUNES, 1995, p.63).

Desta forma, a contextualidade da crise sindical passa pela individualização das relações de trabalho, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, esgotamento dos modelos sindicais vigentes, burocratização e institucionalização dos sindicatos, isolamento e coibição dos movimentos de esquerda, o que configurou numa conseqüente diminuição dos movimentos grevistas em prol de melhores condições de trabalho e negação do sistema capitalista. (ANTUNES, 1995, p.65).

Podemos perceber, assim, que todas estas alterações no modo de produção capitalista acarretaram no agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, que se vê permeada pela presença de novas expressões da “questão social”¹⁰, como, por exemplo, a expansão de um desemprego estrutural em escala global, onde um grande contingente de trabalhadores não consegue suprir, com a venda da sua força de trabalho, as suas necessidades mais elementares, como alimentação, vestuário e saúde.

[...] a dimensão estrutural do desemprego no Brasil estaria associada ao abandono do projeto de industrialização, a partir da crise dos anos oitenta e, principalmente, do processo abrupto de abertura comercial, valorização cambial, altas taxas de juros e de reestruturação empresarial, sem acompanhamento de políticas industrial ativa e social compensatória, em curso nos anos noventa. (POCHMANN, 1996, p.167).

Podemos visualizar no quadro abaixo como vem crescendo o desemprego no Brasil:

QUADRO 1 - TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL

Taxa de Desemprego (%), Brasil e Grandes Regiões - 1992, 1996 e 1999			
Regiões	1992	1996	1999
Brasil		7,1	9,6

¹⁰“Questão social” é este “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”. (CERQUEIRA, 1982, p.21).

Norte		7,9	11,4
Nordeste		6,2	8
Sudeste		8	11,2
Sul		5,6	8
Centro-Oeste		8,4	9,6

FONTE: tabnet.datasus. 2007

Percebe-se que na região Sul a taxa de desemprego subiu, aproximadamente, de 8,4% em 1996 para 9,6% em 1999, um aumento de 1,2%, evidenciando os reflexos do binômio neoliberalismo e reestruturação produtiva para a classe trabalhadora.

Sampaio (2005, p.05) mostra como a taxa de desemprego também aumentou no Paraná, no período compreendido entre 1992 e 2003, tendo elevação maior na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) do que no interior do estado.

QUADRO 2 – TAXA DE DESEMPREGO (%) NO PARANÁ

Ano	RMC	PR	Interior
1992	7,08	5,40	4,90
1993	6,09	4,77	4,39
1995	6,56	5,72	5,45
1996	6,20	5,57	5,36
1997	8,98	6,87	6,09
1998	11,21	7,55	6,22
1999	11,11	9,18	8,46
2001	9,43	7,67	6,97
2002	9,07	6,95	6,09
2003	9,36	7,15	6,28

FONTE: SAMPAIO, 2005.

É por isso que hodiernamente não é incomum visualizarmos nos noticiários as enormes filas que se formam quando do anúncio de vagas de empregos, principalmente nas grandes cidades, o que não significa que este fato ocorra somente nestes locais.

Em municípios menores, como é o caso de Assis Chateaubriand, observa-se grande movimentação de trabalhadores todos os dias no Sistema Nacional de Empregos

(SINE), e quando são divulgadas, pelos meios de comunicação, a abertura de novas vagas, principalmente na agroindústria¹¹, este fluxo se torna ainda maior.

Sãos milhares de pais de famílias, mulheres e jovens, enfim, toda uma multidão de pessoas em busca de emprego, mesmo aqueles considerados “inferiores”, como, por exemplo, o de lixeiro.

O objetivo destas pessoas nesta corrida pelo trabalho se caracteriza pela busca de meios para suprir as suas necessidades materiais e simbólicas, uma vez que elas nada possuem e vivem apenas da venda da sua força de trabalho (ENGELS, 1985, p.87), que majoritariamente concede uma renda mínima de sobrevivência.

Podemos perceber concretamente todas estas novas expressões da “questão social” quando implementamos o projeto de pesquisa desta monografia, visitando as famílias da classe trabalhadora em suas casas.

Vimos que Engels (1985) mostrou muito detalhadamente em sua obra como a classe trabalhadora da Inglaterra vivia no início da industrialização. Tendo todo esse arsenal de descrições sobre as condições de habitação, vestuário e alimentação da classe trabalhadora inglesa como referência, gostaríamos de mostrar como ainda persistem algumas daquelas condições no cotidiano das famílias que fizeram parte da pesquisa que compõe este trabalho.

Todas as famílias pesquisadas residem nos jardins Progresso, Alvorada e Bela Vista, sendo este conjunto designado genericamente pela população chateaubriandense como “vila”, uma vez que é nele que se concentram as maiores expressões da “questão social” no município, como a drogadição, pobreza, violência, prostituição e o desemprego.

Apesar de ser uma realidade totalmente diferente daquela encontrada na Inglaterra no início da industrialização burguesa, a classe trabalhadora de Assis Chateaubriand, principalmente aqueles que sofrem com a consequência do desemprego, demonstra como a pauperização das massas é um fenômeno necessário para a produção capitalista, fazendo parte de suas leis imanentes e invioláveis (NETTO, 1985, p.VII).

Ao descrever os locais onde se concentram os trabalhadores nas grandes cidades da Inglaterra, Engels designa-os como “bairros de má-reputação”, sendo estes organizados mais ou menos da mesma maneira, “as piores casas na parte mais feia da cidade”. (ENGELS, 1985, p.38).

Em certa medida é isso o que acontece com as famílias da classe trabalhadora que

¹¹Em Assis Chateaubriand grande parte dos empregos oferecidos são das cooperativas localizadas nas cidades vizinhas de Palotina (C.Vale) e Cafelândia (Copacol), sendo que recentemente também foram abertas vagas em Toledo (Sadia).

fizeram parte desta pesquisa, pois de onde estão localizadas as suas casas até o centro do comércio chateaubriandense e os bairros com casas fisicamente e esteticamente melhores há uma distância considerável para percorrer, sendo a pobreza mantida longe dos olhares da população em geral.

Um outro aspecto interessante é que na “vila” existem três conjuntos habitacionais, pois assim como na Inglaterra “não se constroem as casas operárias isoladamente, mas, às dúzias ou mesmo às grosas” (ENGELS, 1985, p.68).

Segundo Engels (1985, p.80), podemos tomar a habitação como um critério para tentar compreender como são satisfeitas todas as outras necessidades, como alimentação e vestuário, onde os trabalhadores necessitam comprar o maior número possível de coisas com reduzidos recursos financeiros, não podendo, por isso, ter como critério de escolha a qualidade dos produtos.

Minimamente é esta a situação atual da classe trabalhadora, que sofre com a vigência do desemprego, violência, exclusão e tantas outras contradições inerentes ao sistema capitalista de produção. Contradições que afetam o mundo todo, mesmo localidades com uma colonização recente, como é o caso de Assis Chateaubriand e de todos os outros municípios da região oeste do Paraná, que também sofrem as repercussões da “crise” do capital.

2. A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990 SOB O IDEÁRIO NEOLIBERAL: A ESPECIFICIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As pessoas que lêem e/ou estudam a temática da política social brasileira já devem estar enfadadas de ouvir que esta, ao invés de ser única, coerente e abrangente, se constituiu ao longo da história num conjunto de “programas e ações fragmentadas e eventuais, portanto, descontínuas”, que tendeu muito mais à reprodução da desigualdade e exclusão social do que à diminuição dos níveis de pobreza. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.17).

No entanto, para podermos discutir e entender reflexivamente as ações implementadas no âmbito social brasileiro contemporaneamente, devemos sempre nos reportar para a história, buscando compreender as circunstâncias em que se deram a construção das políticas sociais. A política social brasileira até 1988 esteve relacionada à necessidade de legitimidade dos governos perante a sociedade, haja vista o caráter ditador que mantinham, configurando ações fragmentárias, setoriais e emergenciais. (VIEIRA, 1997, p. 68).

Será através desta postura histórico-crítica que observaremos, na atual conjuntura, o significado, possibilidades e limites das várias ações implementadas pelo Estado. Entre elas está o PBF, que vem buscando concretizar ações com o intuito de diminuir o traço marcante de desigualdade social que se faz presente na formação histórica da sociedade brasileira e que é “natural” para o sistema capitalista de produção, a partir da sua perspectiva neoliberal.

Diminuir a desigualdade social tem sido a “meta”, porque sua eliminação implicaria um novo modo de produção e ordenação societal, alternativa ao capitalismo que em seu seio gera o que podemos considerar como a essência da desigualdade, isto é, a concentração de renda, que tanto promove conflitos e atrapalha o evoluir de uma sociedade mais justa e equitativa. Yazbek (1993, p.13) nos diz que no final da década de 1980 todas as determinações econômicas e políticas deste momento histórico acarretaram num aumento no número de pobres na América Latina e que no Brasil a concentração de renda superou todos os índices precedentes que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já havia registrado. Ainda segundo a autora, por todo o país um contingente cada vez maior de famílias passaram a sofrer as necessidades e carências advindas da estagnação econômica, geradora de um retrato social marcado pela queda do valor real do salário mínimo, elevação da desnutrição, evasão escolar, falta de saneamento e abastecimento de água e crescimento da violência.

Esta concentração de renda vem gerando um número cada vez maior de pessoas que não conseguem, por suas próprias forças, suprir suas necessidades mais básicas, pois estão marginalizadas da riqueza socialmente produzida pelo trabalho, usufruída por uma pequena parcela de pessoas.

Essa grande maioria se torna fragilizada socialmente, pela adoção de modelos de desenvolvimento econômico arbitrário e excludente, e demanda ser assistida pelo Estado, que necessita programar ações que visem suprir as necessidades objetivas que crescem a cada conjuntura, sendo maior em alguns momentos específicos, com uma pequena diminuição em outros.

2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

O “Bolsa Família” é um programa de transferência de renda, entendido, segundo Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.48), como aqueles que concedem uma “[...] transferência monetária a famílias ou a indivíduos [...] associada a exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho.” Possuem, ainda segundo os autores, como escopo a introdução das famílias em uma rede de segurança social, visando inserir economicamente as gerações futuras, com possibilidades de ruptura do ciclo de continuidade da reprodução da pobreza¹².

De acordo com Telles (1998, p.2), o início da discussão brasileira em torno dos programas de transferência de renda se situa num cenário permeado por grandes movimentos sociais, citando como mais significativos o “Movimento pela Ética na Política”, em 1992, que terminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello e a “Campanha Nacional Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, também conhecida como “Campanha da Fome”. Para a autora, este último movimento foi “[...] a tentativa mais séria e articulada, não apenas de combate à fome em seus aspectos mais urgentes e emergenciais, mas de enfrentamento da pobreza”.

A “Campanha da Fome” é assim adjetivada porque através de sua ação a pobreza

¹²“Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar.” (ABRANCHES, 1998, p.16).

alçou-se no centro do debate político brasileiro, sendo amplamente discutida por toda a sociedade.

Em torno do problema da fome, tudo era então discutido em um debate que ganhou lugar nas páginas centrais da grande imprensa: questões relativas à produção e distribuição de alimentos, as relações entre saúde e nutrição, tecnologia e desenvolvimento local, soluções para as mazelas das políticas sociais existentes ou então possíveis políticas sociais alternativas envolvendo o tema das parcerias Estado-Sociedade, o papel da iniciativa privada e também das organizações não-governamentais. (TELLES, 1998, p.02).

Ainda de acordo com Telles (1998, p.02), a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA)¹³, em abril de 1993, regido pelo princípio da alimentação como bem público e direito universal, foi resultado deste processo histórico de movimentação da sociedade civil brasileira no início da década. Para a autora, há um certo encadeamento entre as campanhas e o surgimento deste fórum público de discussão, uma vez que o movimento que lutou pela saída de Collor proporcionou o terreno de possibilidades para a empreitada da “Campanha da Fome”, considerada a grande parceira civil do CONSEA.

Pode-se entender assim ao visualizar a composição e os objetivos deste conselho, que refletem institucionalmente a demanda da sociedade civil em seus empreendimentos organizativos. O CONSEA era composto por 21 membros da sociedade civil e 9 representantes governamentais e o seu objetivo era combater a fome por meio da superação de problemas estruturais que são, ao fundo, os causadores da carência alimentar, como a questão agrária, geração de renda e desenvolvimento local, almejando a implementação de ações para além das estritamente emergenciais. (TELLES, 1998, p.02).

A autora nos mostra ainda que foi realizada em 1994 a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, envolvendo todos os estados brasileiros na discussão da problemática da alimentação. No entanto, o que de mais significativo, do ponto de vista político, nesta conferência é que as discussões se situaram num âmbito de abrangência muito maior. “Além do próprio conceito de segurança alimentar, estava na pauta dos debates a relação Estado-sociedade, ações locais de cidadania, a questão agrária e o desenvolvimento rural, política agrícola, saúde, educação, geração de empregos e políticas de renda.” (TELLES, 1998, p.03).

Infelizmente, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência nacional, o CONSEA foi extinto em 1995, sendo criado o Programa Comunidade Solidária,

¹³O CONSEA foi extinto através da Medida Provisória 813, de 01/01/1995.

que possuía uma composição totalmente diversa da característica democrática até então vigente. Segundo Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.91), o Programa Comunidade Solidária possuía como marca “[...] a focalização conservadora que se orientava pela concentração do combate à pobreza apenas em alguns municípios brasileiros [...] e pelo alijamento do movimento social [...]”.

Telles (1998, p.03) afirma que, apesar desta derrota da sociedade civil, o importante é enfatizar que aquela intensa mobilização continuou alcançando resultados, como a criação de novos experimentos democráticos e uma maior sensibilização pública frente às expressões da “questão social”.

2.1.1. Os cinco momentos dos programas de transferência de renda no Brasil

Será em meio ao contexto anteriormente descrito que se iniciam os debates brasileiros em torno dos programas de transferência de renda, que desde 1980 já vinham sendo discutidos ao nível internacional, apontados como uma possibilidade de solução para a crise do emprego, caminho este, segundo a Rede Européia da Renda Básica (BIEN)¹⁴, a forma que se poderia amenizar com uma maior eficiência as situações de pobreza existentes no mundo todo. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.36).

Ainda conforme os autores (2004, p.14), “[...] no Brasil, a idéia de Programas de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública a partir de 1991 [...]”, sendo que sua discussão e desenvolvimento histórico compreendem cinco momentos específicos.

Neste percurso são apresentadas duas orientações inspiradoras dos debates e experiências brasileiras. Há uma neoliberal, admitindo esses programas como compensatórios e residuais, sendo almejado com suas ações “[...] a reprodução de uma classe de pobres, com garantia de sobrevivência no limiar de uma determinada Linha de Pobreza;”. A segunda orientação é baseada em pressupostos redistributivos, desejando a inclusão social dos beneficiários dos programas. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.37).

Assim sendo, a primeira discussão no Brasil sobre o tema foi realizada em 1975, por Antônio Maria da Silveira, em seu artigo “Redistribuição de Renda”, onde traz a idéia do Imposto de Renda Negativo de Friedmann, sendo este uma transferência monetária para trabalhadores que tenham uma renda anual abaixo de um patamar previamente fixado, sendo

¹⁴Espaço de discussão sobre as experiências de transferência de renda.

que os trabalhadores que apresentem um montante de renda acima deste deverão pagar imposto de renda.

Entretanto, a questão dos programas de transferência de renda foi tratada publicamente pela primeira vez no Brasil somente em 1991, quando o Senador Eduardo Suplicy encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que versava pela implantação de um programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)¹⁵. Segundo Telles (1998, p.01), esse projeto foi aprovado no Senado, sendo enviado à Câmara dos Deputados, onde recebeu o aval da Comissão de Finanças e Tributação, sendo promulgado em 2004.

Conforme Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.89), um segundo momento de discussão sobre a renda mínima no Brasil ocorreu com a defesa de uma proposta que contemple uma articulação de renda familiar com a escolarização de filhos e dependentes em idade escolar. Como reflexo, os programas a partir de 1995 passaram a ter a família¹⁶ como unidade beneficiária e a obrigatoriedade de ingresso e frequência de crianças na rede de ensino.

Ainda segundo os autores (2004, p.90), o terceiro momento desse debate acontece a partir de 1995, com o desenvolvimento de experiências municipais, além da formulação de propostas nacionais, sendo a política de renda mínima uma alternativa concreta de política social. No entanto, a conjuntura não possibilitou o desenvolvimento imediato dessas propostas, pois o enfrentamento da “questão social” não era prioridade de atenção por parte do Governo Federal.

Telles (1998, p.4) mostra que em 1995 foram implantados programas de renda mínima no município de Campinas (SP) e no estado do Distrito Federal, atendendo, principalmente, famílias em situação de pobreza que possuem em sua composição crianças em idade escolar, condicionando a transferência de renda à frequência dos filhos na escola. Dois anos depois, em 1997, já haviam programas instalados em seis capitais de Estados brasileiros e vários outros municípios, além de 104 propostas em fase de aprovação no poder legislativo.

Podemos pontuar, para entender melhor a condição social, política e econômica em que se dão essas propostas e experiências dos programas de transferência de renda, alguns

¹⁵“De acordo com o projeto, toda pessoa com mais de 25 anos cuja renda mensal fosse inferior a um certo patamar [...] teria o direito a receber um complemento de renda igual a 30% da diferença entre aquele patamar e a sua renda.” (TELLES, 1998, p.01)

¹⁶“Família, [...], grupo ligado por laços de parentesco ou afinidade, que formam um grupo vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.” (SILVA e SILVA, YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.136).

traços conjunturais da época:

“1) Havia um elevado índice de desemprego e uma precarização das relações de trabalho; 2) A violência sofreu um aumento considerável nas grandes cidades; 3) O trabalhador estava pouco qualificado para responder às novas demandas; 4) elevados índices de trabalho infantil, e 5) crescente elevação da pobreza.” (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.91).

Para Silva e Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.92), o quarto momento de discussão e desenvolvimento ocorre a partir de 2001, com o desenvolvimento dos programas de transferência de renda no Brasil implementados pelo Governo Federal, que, segundo o discurso oficial, seriam o eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social”.

A implantação desses programas se conectam com o sucesso das experiências anteriores, levando o governo a associar programas de renda mínima com a Bolsa-Escola, nova pauta de ação que irá fazer parte do Programa Comunidade Solidária, mas de abrangência bastante limitada. (TELLES, 1998, p.04).

Surgem a partir de 2001 o Bolsa-Escola¹⁷, Bolsa-Alimentação¹⁸ e o Auxílio-Gás¹⁹, juntando-se aos já existentes Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o PETI, que sofreram grande expansão a partir de então. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.92).

Chega-se assim ao quinto momento do desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no país, com a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. A característica específica deste momento é a expansão quantitativa dos vários programas até então criados e desenvolvidos no Brasil, além, e o que é mais importante, do avanço qualitativo na direção de construção de uma Política Pública de Transferência de Renda. (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.93).

Com a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva privilegia-se ações de enfrentamento à fome e à pobreza, iniciando-se um processo de unificação dos programas de transferência de renda existentes na época, tendo como resultado o “Bolsa Família”, objeto de estudo desta pesquisa.

¹⁷Lei n.º 10.219, de 11 de abril de 2001.

¹⁸Instituído pela medida provisória n.º 2.206-1, de 06 de setembro de 2001.

¹⁹Decreto n.º 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

2.2. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O PBF foi instituído no Brasil no primeiro ano de gestão do governo Lula (2003-2006), mais precisamente em 09 de janeiro de 2004, através da lei n.º 10.836. A partir de então passou a beneficiar famílias pobres (renda *per capita* de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (renda *per capita* de até R\$ 60,00).²⁰

Este programa foi pensado com o objetivo de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA²¹, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás²² e do Cadastramento Único do Governo Federal. (BRASIL, 2004).

Suas ações pautam-se na articulação de três dimensões para a superação da fome e da pobreza. São elas:

1) A promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;

2) Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas da saúde e educação, que contribui para que as famílias consigam romper com o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

3) Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar as situações de vulnerabilidade e pobreza. (BRASIL, 2004).

De acordo com a lei n.º 10.836, os benefícios do programa são classificados em variável e básico. O benefício básico atualmente é de R\$ 58,00, concedido para famílias em situação de extrema pobreza, independente de outros fatores, como, por exemplo, a composição familiar. Já no caso do benefício variável (R\$ 18,00), que pode ser acumulado com o básico pelas famílias extremamente pobres, é necessário que a família tenha sob sua responsabilidade gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes com até 15 anos.

Um outro aspecto inscrito no texto legal, mais precisamente em seu art. 3º, diz respeito à dependência existente entre o benefício auferido pelas famílias e o cumprimento de condicionalidades. Para usufruir do “Bolsa Família” faz-se necessário que sejam cumpridas

²⁰Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atualmente mais de 10 milhões de famílias são beneficiárias do programa.

²¹Criado pela lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003.

²²Decreto n.º 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

pelas famílias ações relativas ao acompanhamento da saúde, inclusive exame pré-natal, e do estado nutricional de todos os integrantes da família, além da matrícula e frequência escolar de no mínimo 85% de todas as crianças em idade escolar, em estabelecimento de ensino regular. Ademais, faz parte das exigências a participação em programas de educação alimentar, quando forem oferecidos pelos Governos Federal, Estadual e/ou Municipal.

O acompanhamento e fiscalização de todas estas condicionalidades são compartilhadas entre vários sujeitos institucionais. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o apoio e a articulação intersetorial e supervisão das ações governamentais para o cumprimento das condições do PBF, além de ser o responsável pela disponibilização, aos outros ministérios, da base de dados atualizada do Cadastramento Único do Governo Federal. A responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da frequência escolar fica a cargo do Ministério da Educação e o Ministério da Saúde se encarrega pelas condições circunscritas em sua área de atuação.

O benefício deste programa é pago às famílias por meio de um cartão magnético, feito no nome do responsável legal pela família, que de preferência é a mulher. Este cartão é entregue pela Caixa Econômica Federal (CEF), o agente operador do PBF, podendo as famílias sacar o dinheiro nas agências, casas lotéricas ou em parceiros da Caixa.

A seguir apresentaremos como estão caracterizadas as famílias beneficiárias que compõem este trabalho, bem como aquelas que fizeram parte do levantamento sócio-econômico na entidade CEMIC.

3. TRABALHO, POBREZA E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.1. CARACTERIZANDO AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

As famílias que constituem este trabalho, amostra intencional de um universo caracterizado, entre outras determinações, pela situação de extrema pobreza, residem no município de Assis Chateaubriand²³. Este se situa no médio-oeste paranaense e possui 41 anos de emancipação político-administrativa. Está inscrito numa região agrícola, sendo produtor de culturas como trigo, milho e soja, além de desenvolver, também, atividades de criação de peixes e aves. Sua composição étnica é bastante diversificada, oriunda, principalmente, de duas correntes migratórias. A primeira é de nordestinos, capixabas, mineiros e paulistas, e a segunda provém de gaúchos e catarinenses.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), em 2006 a cidade possuía uma população estimada de 28.572 habitantes, número 9,5% inferior ao encontrado em 2000, quando era residido por 33.317 munícipes. Ainda no ano 2000, havia a cifra de 2.464 famílias em situação de pobreza, atingindo um total de 9.235 pessoas, revelando uma taxa de pobreza de 24,13%.

Afunilando um pouco mais o local de residência dos sujeitos desta pesquisa, esse é composto pelos conjuntos habitacionais “Primavera”, “Alvorada” e “Bela Vista”, juntamente com o bairro “Progresso”.

O CEMIC²⁴ está situado no final do último bairro citado e atende, de acordo com os dados obtidos através do levantamento sócio-econômico das famílias usuárias, uma população composta, em sua maioria, por trabalhadores subempregados, desempregados, diaristas, catadores de recicláveis, domésticas, bóias-fria, entre outras atividades que não remuneram o suficiente para manter a subsistência das famílias, além da maioria ser beneficiária do PBF.

Sendo assim, as análises desta pesquisa se baseiam em dados obtidos através de análise documental e entrevistas com quatro famílias selecionadas através do processo de amostragem intencional, aplicando-se os critérios já mencionados no espaço introdutório

²³ As informações sobre a história do município são provenientes de trabalho realizado durante o estágio no CEMIC de Assis Chateaubriand.

²⁴ Esta entidade possibilitou o contato com os sujeitos desta pesquisa, mais precisamente através da participação na implementação do levantamento sócio-econômico de seus usuários, citado mais detalhadamente na introdução deste trabalho.

deste trabalho.

A seguir apresentaremos a situação concreta dos sujeitos da pesquisa, famílias A, B, C e D.

3.1.1. Situação ocupacional

Como vimos acima, o CEMIC atende uma população trabalhadora que sofre com a falta de emprego ou a sua precariedade, o mesmo acontecendo com as famílias que fazem parte desta pesquisa.

Sendo assim, a mãe da família “A” é pensionista, e, por ter filhos com pouca idade, se ocupa somente dos afazeres em seu lar.

Do mesmo modo é a mãe da família “B”, com seu marido trabalhando como cortador de cana.

Na família “C” também temos a mãe do lar e o pai se ocupando com a reciclagem de plástico.

E, por último, temos a família “D”, que atualmente tem o pai desempregado e a mãe do lar.

3.1.2. Composição familiar

Quanto à composição familiar das quatro famílias, verifica-se que o número de membros varia entre 5 e 9 pessoas, média um pouco superior à constatada entre as famílias usuárias do CEMIC, com 55% composta por 3 ou 4 membros.

A família “A” é composta por cinco membros, enquanto que a “B” por seis, a “C” por oito e a “D” por nove.

A família “A” é composta pela mãe, chefe de família, e mais quatro filhos.

A família “B” possui pai, mãe, mais quatro filhos.

A família “C” se compõe de pai, mãe, mais seis filhos.

E a família “D” é constituída de pai, mãe e sete filhos.

3.1.3. Idade

Quanto à idade dos membros das quatro famílias, observa-se a predominância da faixa-etária considerada para crianças, ou seja, até 12 anos, uma vez que todas são usuárias do CEMIC, entidade que possui como público-alvo crianças.

Na família “A” existem quatro crianças, com idade entre 05 e 12 anos. Além delas também constitui a família uma mulher como chefe da família e mãe das crianças, que possui 45 anos.

A família “B” tem o pai com 40 anos, a mãe com 30 e mais quatro filhos com idades entre 03 e 09 anos.

Já na família “C”, os seis filhos têm idades entre 01 e 12 anos, seguidos pelo pai com 36 e a mãe com 31 anos.

E, por fim, a faixa-etária das sete crianças da família “D” é constituída entre 02 e 12 anos, tendo o pai 44 e a mãe 31.

3.1.4. Condições de domicílio

Neste item caracterizaremos as condições de domicílio das quatro famílias no que se refere ao tipo de residência, podendo ser de madeira, alvenaria, mista ou construída com material reciclado. Ademais, também identificaremos se a moradia é própria, alugada, cedida ou financiada.

Sendo assim, dentre as quatro famílias, duas possuem casas próprias e duas residem em domicílios cedidos. Também há um equilíbrio entre os tipos de residência, pois duas são de madeira e as outras duas de alvenaria. Estes dados expressam o que ocorre com o universo das famílias usuárias do CEMIC, quando 55,44% residem em casa própria, 31,03% em moradias cedidas e 15,51% pagam aluguel. Já no que refere aos tipos, observa-se uma predominância das construídas em alvenaria, com 55,17%, seguida pelas de madeira e mista, respectivamente 32,75% e 12,06%.

A família “A” tem sua casa própria e de alvenaria; a “B” também tem casa própria, todavia é de madeira; o mesmo tipo de residência possui a família “C”, que a habita através de cessão e a família “D” também mora em cada cedida e é de madeira.

3.1.5. Renda

A renda é um dos aspectos mais emblemáticos para se estabelecer um valor específico, haja vista a predominância de trabalhos esporádicos que não oferecem um quantitativo fixo. Outro aspecto é a falta de renda que aflige grande contingente de trabalhadores em idade produtiva.

Esta situação é vivenciada por muitas famílias do CEMIC, uma vez que 22,4% vivem com menos de R\$ 150,00 mensalmente ou sem uma renda fixa, dependendo de situações climáticas e econômicas para a sobrevivência. Um outro dado que podemos destacar é que 8,62% das famílias declararam não possuir renda alguma, a não ser as provenientes de programas sociais.

Sendo assim, a família “A” possui uma renda mensal fixa de um salário mínimo, proveniente de pensão por morte.

Já a família “B” possui uma renda de R\$ 300,00, advinda do BPC de uma criança. Soma-se a este valor o salário recebido pelo pai quando consegue trabalho, sendo este geralmente passageiro.

A família “C” sobrevive com uma renda média de R\$ 10,00 por dia, conquistados pelo trabalho do pai com materiais recicláveis.

E a família “D” atualmente não possui renda, pois o pai está desempregado, contando a família somente com o benefício do PBF.

3.1.6. Grau de escolaridade

Uma das características que diferenciam os programas de transferências de renda é a relação estabelecida entre a transferência monetária e a educação, como uma forma de combate à pobreza. Objetiva-se elevar o quantitativo de anos de estudo dos trabalhadores brasileiros e obstaculizar a reprodução intergeracional da pobreza.

Por este motivo, é importante analisar qual o grau de escolaridade dos membros das famílias, principalmente os adultos, uma vez que as crianças em idade escolar estão inseridas na rede de ensino, sendo esta uma exigência para se receber os benefícios.

Na família “A” a mãe não concluiu o ensino fundamental, parando os estudos na

1ª série.

Na “B” o pai é analfabeto e a mãe estudou até a 2ª série do ensino fundamental.

A família “C” também tem um grau de escolaridade considerado baixo, uma vez que o pai é analfabeto e a mãe estudou até a 2ª série do ensino fundamental.

E a família “D” tem mais um caso de pessoa analfabeta, sendo o pai, com a mãe encerrando os estudos na 1ª série do ensino fundamental.

Vemos nestes dados como ainda persiste em nosso país, e no município de Assis Chateaubriand especificamente, o analfabetismo, que cria barreiras imensas para a obtenção da autonomização dos indivíduos. Uma vez que o mercado de trabalho formal não absorve estes cidadãos, resta-lhes os serviços temporários e precários. Além disso, aqueles que estudaram se inscrevem num grupo que muitas vezes apenas sabe assinar o nome, não sendo um número satisfatório de anos de estudo.

Esta situação educacional deficitária também é verificada com a maioria das outras famílias que têm filhos no CEMIC, onde 74,57% das pessoas não chegaram a concluir o ensino fundamental e 6,89% são analfabetas.

3.2. INTER-RELACIONANDO AS CATEGORIAS

É neste item que se encerra todo o esforço teórico empreendido para demonstrar as mutações sofridas pelo modo de produção capitalista nas últimas décadas, ao tentar particularizar, na medida do possível, os reflexos de todo este contexto para a realidade das famílias que fizeram parte desta pesquisa. Para tanto, elegemos como eixos principais, que nos auxiliarão no desenvolvimento das discussões, as categorias Trabalho, Pobreza e Programa Bolsa Família.

As entrevistas que serviram de base para a obtenção das informações que aqui serão problematizadas foram realizadas com as mães/esposas. As suas falas serão utilizadas sem correção ortográfica, uma vez que o modo de expressão se configura num aspecto muito importante, revelador de toda uma história de vida.

Além disso, faz-se necessário relatar a opção de não utilizar os dados obtidos através da entrevista feita com a mãe da família “A”, uma vez que ela não autorizou a gravação da mesma. Claro que esta é uma grande perda, que iria contribuir significativamente para a pesquisa, mas a riqueza das informações auferidas nas outras famílias possibilita a

diminuição deste aspecto negativo, tendo em vista que o objetivo primeiro é a qualidade dos dados.

3.2.1 Trabalho

A centralidade da categoria trabalho na vida do homem se evidencia no papel que ele exerce na sua constituição enquanto ser social e histórico. É a partir dele que o homem consegue se distinguir dos outros animais. Neste sentido, uma diferença se inscreve na possibilidade daquele criar os seus próprios instrumentos de trabalho, façanha impossível de se concretizar no universo animal. “Nenhuma mão simiesca construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse”. (MARX; ENGELS, s.d., p.270). Ainda, os animais executam suas ações através e unicamente de meios instintivos, na medida em que o homem disponibiliza de uma ação pré-concebida teleologicamente. (COHN e MARSIGLIA, 1993, p.56).

Conforme Lukács, só podemos falar que o homem é um ser social quando este se baseia num contínuo processo de posições teleológicas por meio do trabalho, buscando a satisfação de suas necessidades. (ANTUNES, 2002, p.137).

[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte originária, primária, de realização do ser social, protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana.” (ANTUNES, 2002, p.167).

Além de se constituir enquanto ser social, um outro aspecto do trabalho é que a partir dele o homem tem a possibilidade de suprir as suas necessidades.

Entretanto, no modo capitalista de produção o trabalho ganha um outro significado, passando a ser força de trabalho, passível de ser trocada como uma mercadoria igual às outras. Neste contexto, a alienação é uma categoria que se conecta a este trabalho, com este novo significado. Esta alienação do trabalho, e conseqüentemente do trabalhador, no capitalismo se dá em três dimensões. O trabalhador se aliena com o produto de seu trabalho, com o modo de produção deste produto e também com o próprio trabalhador, um ser de sua espécie.

No sistema capitalista, o homem não trabalha com o objetivo de suprir suas

necessidades, mas a de outros. Assim, o produto de seu trabalho não será seu, mas sim do dono dos meios de produção, ao qual ele vendeu sua força de trabalho. Desta forma o objeto será visto por ele como um ser estranho, que não lhe pertence e que o subjuga. A mesma situação ocorre no processo produtivo, onde ele também será alienado, pois o objeto produzido é a síntese de um processo em que o trabalhador não conhece a totalidade. Ademais, decorrente destes dois níveis de alienação surge o terceiro, que é a alienação frente ao outro trabalhador. Este não é visto como um ser humano criativo e consciente, que coloca finalidades em suas ações, mas é tido como um objeto. (FROMM, 1983, p.90/91/97).

Um outro aspecto do trabalho no capitalismo é a impossibilidade de inserção de todos os trabalhadores no mercado, sendo este um instrumento importante para o rebaixamento dos salários e a precariedade das ocupações.

Sendo assim, uma parcela da classe trabalhadora que reside em Assis Chateaubriand, como também nos municípios vizinhos, e em todo o país, sofre com a falta da oferta de emprego. Parece que, para esses trabalhadores, garantias trabalhistas se transformaram em mito, longe de seu alcance, restando-lhes a precariedade, temporalidade e mesmo o desemprego.

Como vimos, esta é uma característica da realidade mundial, fruto de um processo de transformações no interior do modo de produção capitalista a partir dos anos 1970. Claro que a incidência destas mutações ocorre de formas diferenciadas, correlatas ao tipo de inserção dos países ao sistema. É o que nos diz Antunes (2002, p.177), ao postular a significação do desemprego, para a massa de trabalhadores e trabalhadoras que vivem no chamado Terceiro Mundo, onde não há verdadeiros instrumentos de seguridade social. A desefetivação, desrealização e brutalização para eles, que vivem em países como o Brasil, se tornam ainda maiores.

Ao desenvolver a pesquisa percebemos como as entrevistadas possuem uma particularidade importante, que deve ser levada em consideração ao se problematizar as mudanças ocorridas a partir do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

As características comuns existentes entre as famílias “B”, “C” e “D”, concernentes ao trabalho, revela um quadro marcado pela insegurança com relação ao mesmo, que vem se reproduzindo no decorrer do tempo.

A história de vida dessas famílias é marcada pela não inserção ao mercado formal de trabalho, sobrevivendo por meio de atividades precárias, temporárias, informais. Vejamos como era a ocupação dos pais/esposos das famílias no início do casamento.

Ah, ele trabaiava na prefeitura, no sítio. (B).

Ele trabaiava na recicragem. (C).

Ele trabaiava da mesma coisa que trabaia agora né, sempre trabaiando assim na roça, algum serviço assim. Era assim por dia memo, aí despois que ele entro trabaia ali na... registraram tudo, mas aí despois mandaram ele embora de volta né. (D).

Apesar do pai da família “B” trabalhar na prefeitura municipal, logo no início do casamento, a sua função era remunerada diariamente, não possuindo estabilidade no emprego e nem renda suficiente para a satisfação das necessidades familiares, uma vez que ele também prestava serviços em um sítio. Atualmente, este mesmo trabalhador está registrado, só que de forma temporária, até que se esgote a safra de cana. Já o pai da família “C” sempre trabalhou com produtos recicláveis, desde o início do casamento até a atualidade. E o da família “D”, como a própria entrevistada relatou, possui uma trajetória de trabalho no campo e hodiernamente se encontra desempregado, buscando diariamente “bicos” para fazer.

Um dado que pode explicar essa relação com o mercado de trabalho é o grau de escolaridade destes homens, uma vez que os três são analfabetos. Esta situação possui interferência direta com o tipo de ocupação, uma vez que aqueles com baixa escolaridade geralmente exercem atividades que remuneram muito pouco, as chamadas “ocupações pobres”. (SOARES, 2003, p.52).

Como consequência desta situação de baixo nível de escolarização, as ocupações destes trabalhadores são muito instáveis, dependendo de situações climáticas e outras determinações conjunturais. Ademais, a insegurança também se faz presente, por meio da falta de carteira assinada e não contribuição para a previdência social.

Esta falta de escolaridade muitas vezes é associada à necessidade de inserção precoce ao mercado de trabalho, tendo em vista o aumento da renda familiar, deixando-se de estudar. Este fato podemos encontrar na história de algumas entrevistadas:

Trabaiei na roça, eu tinha 16 anos. (B).

Eu com onze anos já estava trabaiando. Fazia tudo, limpeza de casa, trabaiava assim... Catava algodão, era mais catá algodão. (D).

As três entrevistadas atualmente não trabalham fora de casa. Mas já o fizeram quando não eram casadas, especialmente em idade escolar, uma realidade que ainda é sentida por muitas crianças e adolescentes que necessitam abandonar os estudos para colaborar na renda familiar.

No próximo item discutiremos mais alguns pontos referentes ao trabalho e sua relação com a categoria pobreza.

3.2.2 Pobreza

A pobreza é um fenômeno que possui uma longa história, sempre existindo “desigualdade entre as várias camadas sociais”, “polarização entre ricos e pobres” e diferença na “apropriação e fruição dos bens sociais”. Entretanto, todas essas situações, nas sociedades anteriores ao modo de produção capitalista, estavam relacionadas à escassez geral existente nestes períodos, onde o nível de desenvolvimento não era suficiente para o atendimento das necessidades. Muito diferente da pobreza que se relaciona à formação da sociedade burguesa, sendo considerada algo novo, pois ela cresceu “[...] na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. (NETTO, 2001, p.42).

Consoante Faleiros (1997, p.179), a pobreza é resultado de uma relação social marcada pela exploração e dominação na produção da riqueza social, onde aqueles que produzem são destituídos do usufruto do resultado de seu trabalho, acumulado privativamente pelos donos dos meios de produção, restando àqueles a sobrevivência por meio da troca de sua força de trabalho por um quantitativo denominado salário, que na maioria das vezes não é suficiente para a satisfação de todas as necessidades humanas.

Este mesmo autor apresenta, em sua obra, uma série de classificações criadas no decorrer da história para caracterizar os pobres. Sendo assim, na idade média, devido a forte presença da igreja na sociedade, os pobres eram classificados em bons e maus. Nestes termos, o pobre bom era aquele que não se revoltava contra a sua miséria e as condições de trabalho, aceitando a divina providência. (FALEIROS, 1997, p.181).

Com o decorrer do tempo e o surgimento do capitalismo “as categorias de bom e mau pobre foram sendo substituídas por aquelas que se referiam diretamente às condições de exploração do trabalhador pelas elites locais.” Surgiu então a categorização dos pobres em capazes e incapazes para o trabalho. (FALEIROS, 1997, p.181-182).

Mais a frente, com o desenvolvimento do capitalismo, criaram-se novos termos para a designação dos pobres. “Não se trata mais de considerá-los bons ou maus, capazes ou incapazes, mas adaptados ou desadaptados.” Desta forma, adaptados são aqueles que conseguem viver de seu trabalho, atendendo suas necessidades e, acima de tudo, respeitam as

normas. Em contrapartida, os desadaptados são aqueles distantes das normais sociais, acometidos pelo alcoolismo, drogas e criminalidade, além da preguiça, não possuindo “vontade” de buscar um trabalho. (FALEIROS, 1997, p.184).

Contemporaneamente, num contexto marcado pela tecnologia, competição e globalização, os pobres são categorizados conforme a sua preparação para enfrentar a concorrência no mercado de trabalho, utilizando-se para isso o termo empregabilidade. “Na realidade volta-se a considerar os pobres como merecedores (com mérito) ou não merecedores (sem mérito), esforçados e não esforçados em conseguir a sua própria empregabilidade ou geração de renda.” (FALEIROS, 1997, p.190/192).

Ainda segundo o autor, estas considerações feitas acerca dos pobres, classificando-os, possui como objetivo o obscurecimento das relações que geram as situações de dominação e exploração, colocando os seus efeitos como geradores da carência, tudo isto ao nível individual. Para ele “o véu de ignorância que perpassa as relações entre usuários e programas só pode ser desvelado com o aprofundamento do conhecimento destas relações, tornando a exclusão uma chaga visível no tratamento diário da mesma”. (FALEIROS, 1997, p.196).

No entanto, os excluídos e dominados precisam participar das considerações que se constroem sobre eles, para que ocorra o desvelamento das relações sociais em que estão inscritos. Faleiros (1997, p.196) nos descreve as várias formas em que a voz dos dominados devem ecoar para fazer frente a sua situação social, sendo elas o canto, denúncias na imprensa, queixas, participação em grupos, assembléias, recursos e na concessão de entrevistas.

Como já foi indicado, esta última foi a técnica de pesquisa utilizada para lograr dados das famílias pobres e extremamente pobres, de acordo com o corte de renda *per capita*, que constituem este trabalho.

De acordo com Soares (2003, p.43), é considerado pobre aquele que recebe abaixo de um valor suficiente para pagar um conjunto de necessidades definidas como básicas, enquanto o indigente/miserável recebe abaixo de um valor suficiente para comprar apenas uma cesta básica de alimentos.

A relevância de se questionar sobre a pobreza se revela no número de pessoas e famílias nesta situação, distribuídas por todas as regiões e estados do país, em áreas urbanas e rurais, agravada pela globalização neoliberal, que a tornou ampliada. (SOARES, 2003, p.43/59).

Nóis prantava assim... pra nóis coe pra nóis memo né. Prantava arroz, feijão. Nóis prantava pra nóis comê. (B)
Falta das coisa dentro de casa. Ah, alimento, essas coisa. (C)
Ah, as veze que passa assim né, as veze dói na gente é a criança pedi uma coisa e a gente não tem pra dá né, é isso daí. (D)

Percebe-se através das falas a destituição dos meios de sobrevivência física que se relaciona com suas histórias de vida, permeando um passado, quando da convivência familiar com os pais, no caso da entrevistada “B”, e um presente, “C” e “D”, onde já se constituiu uma família e as mães se queixam da frustração de não poder atender aos pedidos das crianças, que vão desde alimentos até outros itens necessários para a sobrevivência humana, como roupas e calçados.

Conforme nos mostra Soares (2003, p.46), o Brasil é um país líder no que tange à desigualdade na distribuição de renda, verificando-se nos 25% domicílios mais pobres a apropriação de apenas 5% da renda, enquanto os 10% mais ricos detém 43%. Ela ainda indica o aumento da pobreza no início de 1990 em países de maior tamanho, ficando ela concentrada principalmente nas cidades.

Apresenta, ainda, uma caracterização das famílias pobres no Brasil, que será utilizada como apoio para a demonstração dos dados obtidos com as entrevistas desta pesquisa.

Com efeito, as famílias pobres no Brasil são mais numerosas, têm uma renda dependente mais dos ganhos auferidos pelos chefes de famílias, que geralmente são mais jovens nestas do que em outras não-pobres. Além disso, há um maior índice de famílias chefiadas por mulheres, com chefes de cor negra e submetidos a relações informais de trabalho ou exercendo mais atividades por conta própria, concentrando-se nos setores de baixa produtividade. E, por fim, possuem níveis educacionais muito baixos. (SOARES, 2003, p.52).

Muitas destas características são compartilhadas pelas famílias que fizeram parte desta pesquisa, como a que se refere ao trabalho, demonstrada anteriormente.

Merece destaque também a questão relacionada ao número de membros que compõem as famílias, uma vez que houve, por parte das entrevistadas, uma ligação entre a situação de pobreza e a quantidade de filhos.

Ah, mió né. Ah... porque... é bom! Era mais fácil porque só tinha um piá. (B).
Mesmo assim... Pra comprá as coisa prá mulecada né, roupa, calçado, estas coisa. Tenho seis filho.(C).

Ainda era prá eu tá na escola já fui arrumá marido e já começá a tê um filho atrás do outro, aí que empatô mais ainda. (D).

Retomando a contribuição da autora, esta argumenta que a pobreza urbana no Brasil está associada a determinadas “estruturas familiares e a dadas etapas do ciclo vital das famílias”, sendo um determinante, como as entrevistadas relataram, a estrutura etária encontrada nos domicílios indigentes e pobres, uma vez que concentram mais crianças com menos de 10 anos. (SOARES, 2003, p.52). Esta característica das famílias também se relaciona com outras, isto é, a que diz respeito à dependência maior da renda dos chefes de família. Como já citamos, as três entrevistadas atualmente não trabalham fora de casa, haja vista o número de filhos pequenos aos seus cuidados.

Aqui podemos abrir um parêntese e nos questionar sobre o significado da fala da entrevistada “D”, quando utiliza o termo “empatô”. Revela-se em suas palavras o papel social que muitas vezes ainda é determinado às mulheres. A elas cabe a submissão ao homem, a procriação e depois o cuidado com os filhos, em detrimento de seus estudos e independência profissional. Infelizmente, mesmo aquelas que conseguem esta emancipação sofrem com salários menores que os pagos aos homens nas mesmas condições e capacidades profissionais. Neste ponto, somos adeptos da visão de Antunes (1995, p.46), quando estabelece que a crítica ao capitalismo perpassa a apreensão tanto das relações opressivas entre capital e trabalho como entre aquelas entre homem e mulher, no sentido de possibilitar a “emancipação do gênero mulher” através da constituição do “gênero-para-si-mesmo”.

Seguindo, gostaríamos de discutir como último ponto neste item a questão da participação das famílias pobres em grupos.

Não, isso aí não. Não, nós nunca foi não. Ah, o conselho já veio aqui conversá comigo. (B)

Eu vô na igreja assim, sempre no sábado e no domingo. Só na missa. (C)

Nóis participa da pastoral, eles pesa as criança, vê se tá abaixo do peso né. (D)

Quando questionadas sobre a participação em algum grupo, como, por exemplo, em igreja, associação de bairro ou outro qualquer, as respostas nos revela um aspecto da pobreza. Isto porque, ao lutar diariamente pela sobrevivência, desenvolvendo várias estratégias para conseguir atender as suas necessidades com o parco recurso existente, as pessoas que compõem as famílias não podem atuar como “cidadãos íntegros, uma vez que a

necessidade tolhe a liberdade.” (ABRANCHES, 1998, p.16).

Ser participante em um grupo, qualquer que seja, e discutir questões coletivas supõe que a pessoa já tenha as suas necessidades de alimentação, vestuário e outras satisfeitas, permitindo a ela o desenvolvimento de atividades que vão além da estrita busca da sobrevivência, que supere o desgaste de todas as suas forças físicas e psicológicas na procura incessante por um trabalho.

3.2.3. Programa Bolsa Família

Neste item gostaríamos de explorar mais particularmente algumas dimensões concernentes ao PBF, tentando apreender a compreensão das entrevistadas sobre este programa, o que ele significa para as suas vidas, enquanto um benefício de transferência direta de renda com condicionalidades.

Tendo em vista esses objetivos, com relação ao cumprimento das condicionalidades, duas entrevistadas se colocaram numa posição de obrigação formal, necessária para o recebimento do benefício.

Ah, tem que mandá as criança prá escola, pro CEMIC. É necessário porque recebe né, num pode faia nenhum dia. (B).

Ah, tem que cumpri né, tem que cumpri... É necessário, é... Porque todo mundo tem que cumpri né, com sua obrigação. (C).

Já a outra entrevistada concedeu maior importância para a questão da escola, compreendendo esta obrigação como “boa”, no sentido de que trará melhores condições de vida para seus filhos. Esta mãe, no decorrer de toda a entrevista, várias vezes faz referências neste sentido, qual seja, o de que, se seus filhos estudarem, poderão ter melhores condições de sobrevivência.

Ah, eu acho que é muito importante né, eu acho que é bom. Eu acho que é bom porque agora a molecada não pode ficar fora da escola e eu também como mãe não quero que eles fique fora da escola, então eu fazendo isso de mandá eles prá escola eu acho que tá bom. (D).

Um outro questionamento feito foi com relação a um possível desligamento do

programa. Neste ponto percebemos como a entrevistada “B” concebe o benefício recebido não como um direito, no sentido de que não pode fazer nada com relação ao desligamento. Já a “C” não se imagina sem o benefício, vendo-o como um complemento muito importante para a constituição de sua renda familiar, “um dinheirinho a mais” que dá a possibilidade para que possam comprar calçados e roupas para os seus filhos, nem que seja no “R\$ 1.99”²⁵. E a “D” acredita que o desligamento do programa se daria com a elevação de sua renda, por meio da conquista de um trabalho de seu marido, com carteira assinada e garantias trabalhistas. Destaca-se também em sua fala a sua consciência com relação às outras pessoas que passam pela mesma situação de extrema pobreza, dizendo que é necessário passar “[...] pra outra pessoa que precisava também”. Talvez seja esse um entendimento de pertencimento a uma classe social, onde é necessária a solidariedade entre os seus membros.

Ah, parô, parô né, num tem como recebe né. (B).

É... ia complica né. Daí como a família vai vive né. (C).

É às veze eu penso né, porque aí se torna mais difícil né. Eu penso assim, que nem tipo assim, a gente miora mais de vida, miora assim... sobe mais né, miora mais as coisa assim, eu acho que como a consciência da gente a gente ia lá entregava e eles passava prá outra pessoa que precisava também. (D).

Uma última dimensão do PBF posta em questão foi com relação à autonomia, fortalecimento da família, criação de renda e inserção ao mercado de trabalho. Buscamos conhecer se as ações do programa, incluindo aí o benefício e as ações complementares, propiciaram alguma alteração no padrão de vida das famílias, tendo em vista os questionamentos apontados acima.

Ajudô, ajudô bastante... (B).

Que... quando não tinha isto né, não tinha como comprá calçado, não tinha como comprá roupa, alimento dentro de casa, isto não tinha e agora com esse dinheiro né, dá prá comprá. (C)

Mioro não muito, mas um pouquinho a mais mioro né. É pouquinho mas tem prá comprá alguma coisinha prá eles, pão, essas coisa assim. (D).

Percebemos como a entrevistada “B” possui em suas respostas uma característica individual marcada pela objetividade, não se alongando em comentários. Poderíamos nos questionar sobre o significado desta sua atitude, um sinal de defesa frente a tantas pessoas que

²⁵ Este é um estabelecimento comercial de produtos importados, caracterizados principalmente pela pouca qualidade e baixo preço, em comparação às mercadorias produzidas no Brasil.

a visitam, colhendo informações da sua família. Sendo assim, em que será que o PBF beneficiou a sua família? Uma resposta poderia ser a melhoria de condições para a compra de material escolar e roupas para os seus filhos estudarem, haja vista que a entrevistada comentou que o seu esposo não consegue, com seus rendimentos, suprir estas necessidades que vão além do básico.

Nesta mesma direção é a resposta da entrevistada “C”, no sentido de que o benefício possibilita a compra de itens para as crianças. No entanto, ela dá destaque também à compra de alimentos. Vejamos seu comentário sobre a utilização do dinheiro do benefício.

Num mês que eu recebi fui e comprei as coisa prá dentro de casa, no outro mês que eu recebi comprei o gás prá dentro de casa e outras coisa, e agora, terça-feira, quando recebi, comprei calçado prá eles. Cada mês compra uma coisa.(C).

A entrevistada “D” segue a mesma linha de raciocínio em suas respostas, limitando a importância do programa ao benefício recebido, não comentando sobre os outros aspectos questionados.

Quando tava sem o Bolsa Família eles ia prá escola a mesma coisa né, assim... ia a mesma coisa, só que não tinha o necessário né, aliás, até hoje nós não tem né, que R\$ 95,00 eu que já tenho cinco estudando né, ainda não é o necessário ainda mas dá pra comprá um caderno, comprá um lápis né pra eles i pra escola. (D).

Talvez a relevância dada ao dinheiro recebido seja porque o programa não está sendo promotor de ações que propiciam a geração de renda ou inserção no mercado de trabalho, tendo em vista a permanência de algumas características históricas que perpassam as políticas sociais brasileiras, e, em particular, a política de assistência social, ainda mais num contexto mundial caracterizado pelas mudanças no modo de produção capitalista a partir dos anos 1970, como pontuamos anteriormente. Percebe-se também que mesmo o benefício financeiro é muitas vezes suficiente apenas para comprar “alguma coisinha”. De acordo com Silva e Silva; Yazbek e Giovanni (2004, p.213), a manutenção de benefícios tão baixos revela a “influência da perspectiva neoliberal”, que não admite o desestímulo ao trabalho. Ora, como então dizer que o objetivo deste programa é possibilitar condições para que a família seja autônoma? Uma vez que os benefícios são minimamente suficientes para a compra de “algumas coisinhas”? Esse é um dos limites centrais dos Programas de Transferência de

Renda, dentre eles o PBF: “[...] baixo montante das transferências monetárias a famílias vivendo em extrema pobreza, [...] a crescidos da deficiência [...] do sistema educacional público brasileiro e dos serviços sociais básicos.” (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.215).

Referenciando-nos nesta realidade, marcada pela hegemonia do neoliberalismo e pelas mudanças no padrão de produção de mercadorias através da reestruturação produtiva, Yazbek (1993, p.37) nos fala que historicamente o formato das políticas sociais seguem um padrão marcado por ações casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas e, acima de tudo, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos, constituindo-se, no máximo, como ações reprodutoras de uma desigualdade social na sociedade brasileira, que, como vimos no item anterior, vem aumentando significativamente.

Será que, a partir das respostas das entrevistadas, há mudanças neste sentido com relação ao PBF? Ou será que o seu campo de ação se apresenta como “espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais”? (YAZBEK, 2003, p.41).

Passemos para as considerações finais, onde tentaremos pontuar estes e outros aspectos sobre o significado do PBF na ordem capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos limites deste trabalho avançamos na compreensão do significado do PBF no modo de produção capitalista, no contexto das mudanças ocorridas a partir de 1970 com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Vários condicionantes interferiram no decorrer de todo o processo da pesquisa, sendo os principais a questão temporal e outros determinantes inscritos numa primeira aproximação com a produção científica, como a inexperiência na relação direta com os usuários, que muitas vezes se silenciaram, com dificuldade de compreensão ou por receio de estar a frente de uma pessoa estranha que havia visto poucas vezes.

Contudo, a busca foi atrás da compreensão da totalidade social, empreendida a partir de várias formas. Além das entrevistas, foi muito importante os livros, jornais, internet e as orientações na universidade, no anseio de construir uma visão crítica sobre o “Bolsa Família”, principalmente no contexto da hegemonia da ideologia neoliberal, preconizadora de um Estado mínimo.

Um questionamento pertinente neste sentido diz respeito ao apoio das agências multilaterais concedido ao PBF, sendo que estes mecanismos prescrevem a diminuição da participação do Estado na execução da política social com o conseqüente aumento da sociedade civil. Então, como explicar tal contradição? Com o apoio de Soares (2003, p.13) fica fácil, pois a autora nos esclarece que a partir do momento em que as conseqüências do modelo de desenvolvimento apoiado na ideologia neoliberal se tornam muito fortes, “a ponto de desestabilizar o bom andamento” de toda a estrutura de acumulação capitalista, “esses mesmos organismos se dispõem a ajudar, financiando programas focalizados de alívio à pobreza”.

Sendo assim, a partir do contato com as famílias, num primeiro momento como estagiário e após como pesquisador, percebeu-se como é grande a carência das condições de vida e de perspectivas, onde se vive com a falta. Há a falta de trabalho, de renda, de educação, de saúde, enfim, a falta do exercício da cidadania, pois para os sujeitos desta pesquisa os direitos sociais, civis e políticos são, infelizmente, ainda mínimos. Portanto, olhando para esta realidade marcada pela insuficiência de recursos para a obtenção de níveis adequados de vivência, que possibilite a satisfação das, pelo menos, necessidades concretas do ser humano, relacionadas à alimentação, vestuário, lazer, habitação e tantas outras que poderíamos pontuar, um primeiro significado real do PBF, mesmo de caráter imediato, seria a possibilidade de aquisição ou ampliação de uma renda. (SILVA e SILVA; YAZBEK;

GIOVANNI, 2004, p.212). A nosso ver, esse é um aspecto relevante para se considerar, uma vez que o contexto social total impõe a premência de ações como estas, haja vista o quadro ampliado de famílias que não possuem renda ou a tem de forma reduzida e insegura.

Mas, e aí está a grande discussão a que devemos nos reportar, o PBF, e todos os outros que o antecederam, não possui condições de promover a autonomia das famílias, tendo em vista o valor monetário dos benefícios, extremamente baixos e suficientes apenas para atenuar as desigualdades sociais, tendo em vista a manutenção das estruturas de dominação e acumulação. Para tanto, ou seja, a autonomização das famílias, faz-se necessário a sua articulação “a uma política econômica superadora do modelo de concentração de renda e desvinculada de um esforço de geração de emprego e renda adotada ao longo da história brasileira.” (SILVA e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p.213/217).

Rosa Maria Marques (*apud* TELES, 1998, p.06) nos diz que os programas de renda mínima, podendo o PBF se inserir aí, não enfrentam, de fato, os grandes problemas do sistema de proteção social, que são o desemprego e a concentração de renda. Ao fazer isso, eles não promovem debates em torno de “alternativas capazes de alterar o quadro sócio-econômico responsável pelos baixíssimos níveis de renda de milhões de trabalhadores”.

Em síntese, o PBF cumpre, na realidade de milhares de famílias, um papel importante, pois não há como negar o fato da carência de alimentos e outros itens, que minimamente são consumidos a partir do benefício recebido. Mas ele também é funcional ao modo de produção capitalista, promovendo a reprodução da pobreza de uma parcela da população excluída do mercado de trabalho, mantendo-as resignadas.

E os assistentes sociais, como ficam neste entremeio? É mister que a categoria continue seu percurso de desenvolvimento da sua dimensão investigativa, orientada por uma postura ético-política na garantia da liberdade e direitos sociais da classe trabalhadora, além de almejar a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, como prescrito no Código de Ética Profissional. Além de, é claro, se aperfeiçoar cada vez mais no atendimento de seus usuários, assumindo a vanguarda na luta pelo aumento orçamentário da política social e constituição de uma nova configuração, diferente da historicamente assumida por esta área, que no governo de Lula vem mantendo os mesmos limites estruturais de seu antecessor, como a dependência da política econômica. (NETTO, 2004, p.17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. Política social e combate à pobreza. In: **Política Social e combate à pobreza**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.9-31.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Cartilha 7. São Paulo: Consulta Popular, outubro de 2005. p.11-20.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1>. Acesso em: 08/set/2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Informações Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizviewbr.asp?>>. Acesso em: 01/nov/2007.

CERQUEIRA, G. F. **A “Questão Social” no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.21-32.

COHN, A.; MARSIGLIA, R. G. Processo e organização do trabalho. In: **Isto é trabalho de gente?** Vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993. p.56-75.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997. s.p.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997. p.179-196.

FROMM, E. **Conceito marxista do homem**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.89-102.

IANNI, O (Org.). **Karl Marx: sociologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982. 10 v. (Série Grandes Cientistas Sociais). p.07-82.

IPARDES. **Perfil municipal de Assis Chateaubriand**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 10/ago/2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. v.2, p.269-280.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**. ano 2. n. 3. Brasília. ABEPSS, Graflin, jan./jul. 2001. p.41-49.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XXV. n. 79. São Paulo: Cortez, dez. 2004. p.05-26.

POCHMANN, M. O desemprego no capitalismo. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XVII. n. 52. São Paulo: Cortez, dez. 1996. p.165-167.

SAMPAIO, A. V. **O mercado de trabalho no estado do Paraná entre 1992 e 2003**. maio/2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_27d.pdf> Acesso em: 10/ago/2007.

SILVA e SILVA, M. O. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____; YASBEK, M. C.; GIOVANI, G. di; **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, L. T. **O desastre social**. (Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização). Rio de Janeiro: Record, 2003. p.43-85.

TELLES, V. da S. No fio da navalha: entre carências e direitos, notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: **Programas de renda mínima no Brasil: impactos e potencialidades**. São Paulo: Polis, 1998. p.01-23.

VIEIRA, E. A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: **Serviço Social & Sociedade**. Ano XVIII. n. 53. São Paulo: Cortez, mar. 1997. p.67-73.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993. p.13-49.

APÊNDICES

APÊNDICE 01 – ROTEIRO DE QUESTÕES DA ENTREVISTA

Roteiro de questões

1 - História de vida anterior aos Programas de Transferência de Renda

- 1.1 – Sempre morou em Assis Chateaubriand? Se não, de onde veio? E os seus pais, são de que região do país?
- 1.2 – Como era a vida quando morava com seus pais? Como eles faziam para garantir o sustento da casa? Qual era a ocupação deles?
- 1.3 – E você, começou a trabalhar com quantos anos? Fazendo o que?
- 1.4 – Nessa época, quando começou a trabalhar, continuou estudando?
- 1.5 – Há quantos anos está casada? E como faziam, no início do casamento, para garantir o sustento da família?
- 1.5 – Acha que vivia em condições melhores do que atualmente? Por quê?
- 1.6 – Quais os motivos que acredita terem levado a família a necessitar de programas e serviços sociais?

2 - História de vida atual

- 2.1 – Quais as maiores necessidades pelas quais a família passa atualmente?
- 2.2 – Como faz hoje para sustentar a casa?
- 2.2 – A família participa de algum grupo, como, por exemplo, em igreja, associação de bairro, conselhos? Por quê?
- 2.3 – Como cumpre as exigências do programa “Bolsa Família”? O que acha sobre elas? O município está oferecendo oportunidade para geração de renda, trabalho, educação e saúde?

3 - Perspectivas para o futuro

- 3.1 - Pensa num possível desligamento do programa? De que forma isto poderia acontecer?
- 3.2 – Acha que seus filhos terão uma vida com melhores condições? Por quê?
- 3.3 – O benefício recebido e o cumprimento das exigências do programa “Bolsa Família” fortaleceu a família, no sentido de aumentar sua autonomia e criar condições para que obtenham a própria renda ou se integrem ao mercado de trabalho?

**APÊNDICE 2 - RELATÓRIO FINAL
DIAGNÓSTICO SOCIAL DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO
CEMIC**

Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC

Relatório Final
Diagnóstico Social das Famílias Usuárias do CEMIC

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR
Outubro de 2006

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.2 – Órgão Executor:

1.2.1 – Entidade: CEMIC (Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade).

1.2.2 – Natureza: Entidade Beneficente de Assistência Social

1.2.3 – Data de Fundação: 27 de Outubro de 1977.

1.2.4 – C.N.P.J.: 77.396.687/0001-50

1.2.5 – Fone: (0xx44) 528 –1485

1.2.6 – Fax: (0xx44) 528 – 6992

1.2.7 – E-mail: cemic_assis@hotmail.com

1.2.8 – Endereço: Avenida São Paulo, 1552, Jardim Progresso

1.2.9 – CEP: 85.935-000

1.2.10 – Município: Assis Chateaubriand – Estado do Paraná

1.3 – Responsável pela Entidade:

1.3.1 – Nome: JOSÉ ROQUE ALVES

1.3.2 – Cargo: Presidente

1.3.3 – RG nº: 1.249.590 SSP/PR

1.3.4 – CPF nº: 368.395.749 – 20

1.3.5 – Endereço: RUA FLORIANO PEIXOTO, nº. 775, JARDIM ARAÇÁ

CEP: 85.935 – 000, Assis Chateaubriand – PR

1.3.6 – Telefone: (44) 3528 – 6040

1.3.7 – Período de Gestão: 10 de Maio de 2006 a 10 de Maio de 2008.

1.4 – Equipe de Coordenação da Entidade

1.4.1 – Nome: Creusa Aparecida Sampaio Serrute

1.4.2 – Cargo/Função: Coordenadora

1.4.3 – Nome: Neusa Afonso Sampaio Bertola

1.4.4 – Cargo/Função: Supervisora Pedagógica

1.5 – Responsável pela Pesquisa

1.5.1 – Nome: Mirian Cláudia Spada Bim

1.5.2 – Função: Assistente Social – CRESS/11ª Região – Nº 3838

1.5.3 – Nome: Ederson dos Santos Izeli

1.5.4 – Função: Estagiário de Serviço Social

II – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi realizada pelo Departamento de Serviço Social do CEMIC, durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado em Serviço Social, realizado no período de maio a novembro de 2006, junto às famílias usuárias do Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade – CEMIC.

Foram entrevistadas 58 famílias locadas nos bairros: Jardim Progresso, Conjunto Habitacional Bela Vista, Conjunto Habitacional Alvorada e Conjunto Habitacional Primavera.

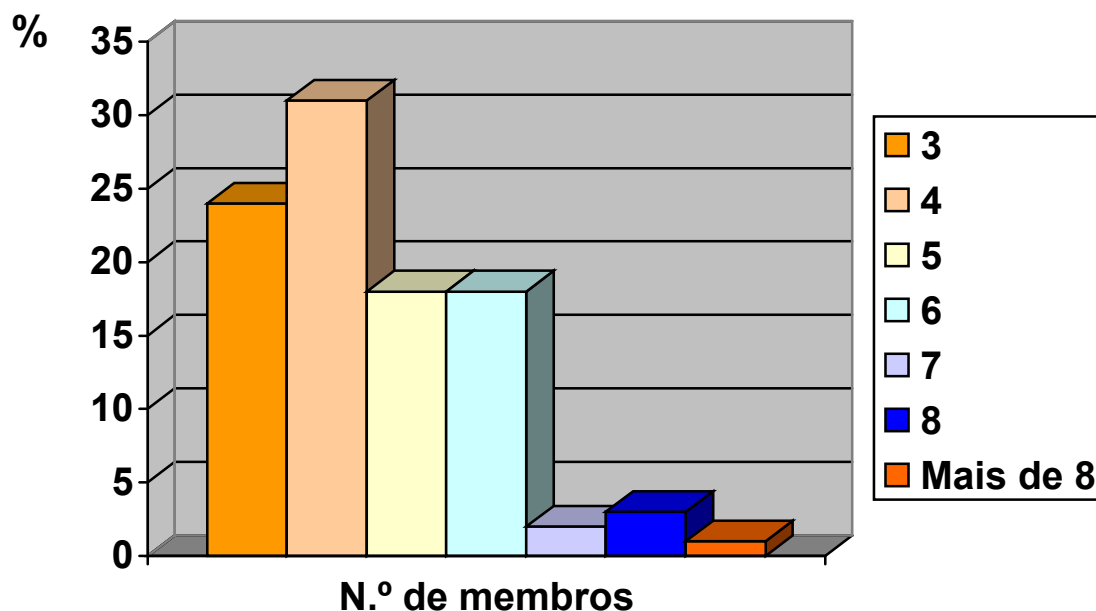
A realização da pesquisa deu-se em função da necessidade de se conhecer melhor o perfil das famílias usuárias do CEMIC. O trabalho foi desenvolvido a nível técnico e humano. Conhecer o perfil das famílias foi e será um aspecto importante para orientar as ações tanto a nível técnico como humano.

A pesquisa teve como objetivo conhecer o perfil das famílias usuárias do CEMIC para que o trabalho fosse desenvolvido de acordo com a realidade das mesmas e não apenas calcado em hipóteses e suposições.

Os dados foram coletados através do preenchimento de formulário específico, em entrevista realizadas com 58 famílias, na própria residência do entrevistado, pelo profissional do Serviço Social e um estagiário da área.

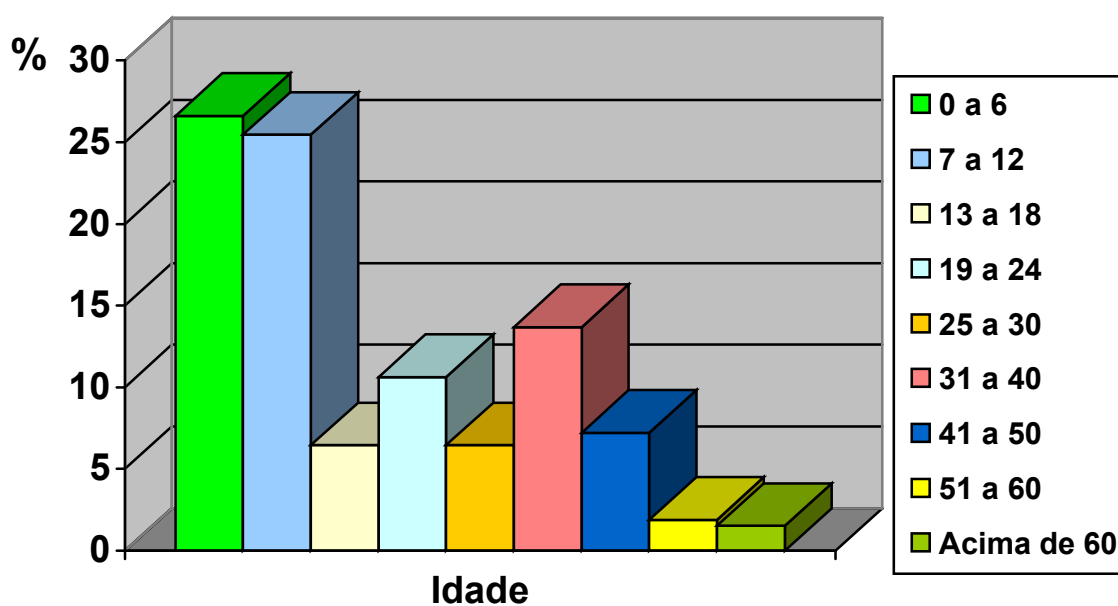
Apresentaremos a seguir os dados levantados.

III – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS



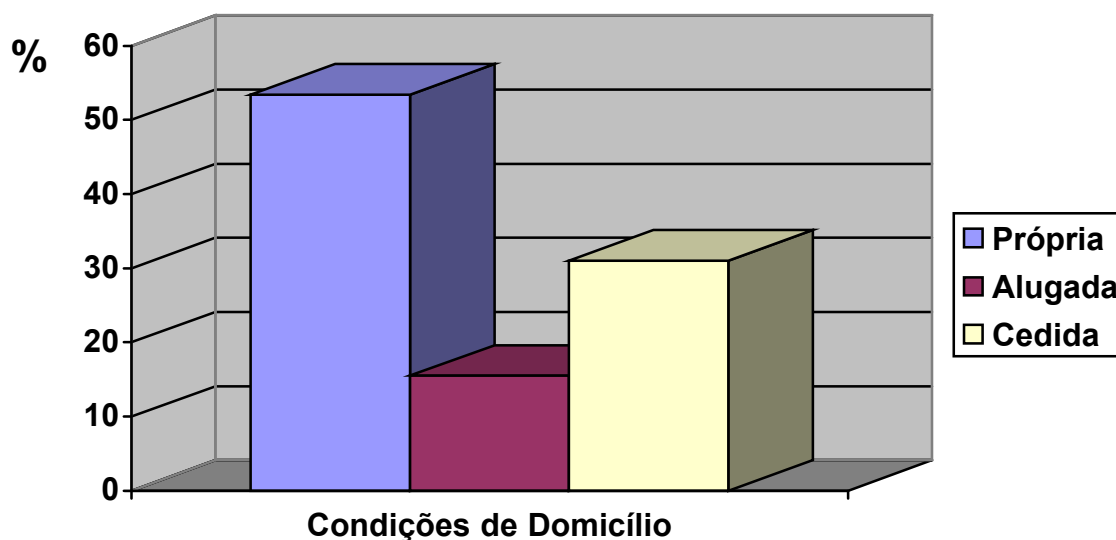
Pode-se verificar que a maioria das famílias possuem entre 3 e 4 membros, o que representa 24% e 31%, respectivamente, do total das famílias entrevistadas.

Na faixa de 5 e 6 membros são 36% das famílias e com 7, 8 e mais de 8 membros apenas 9%.

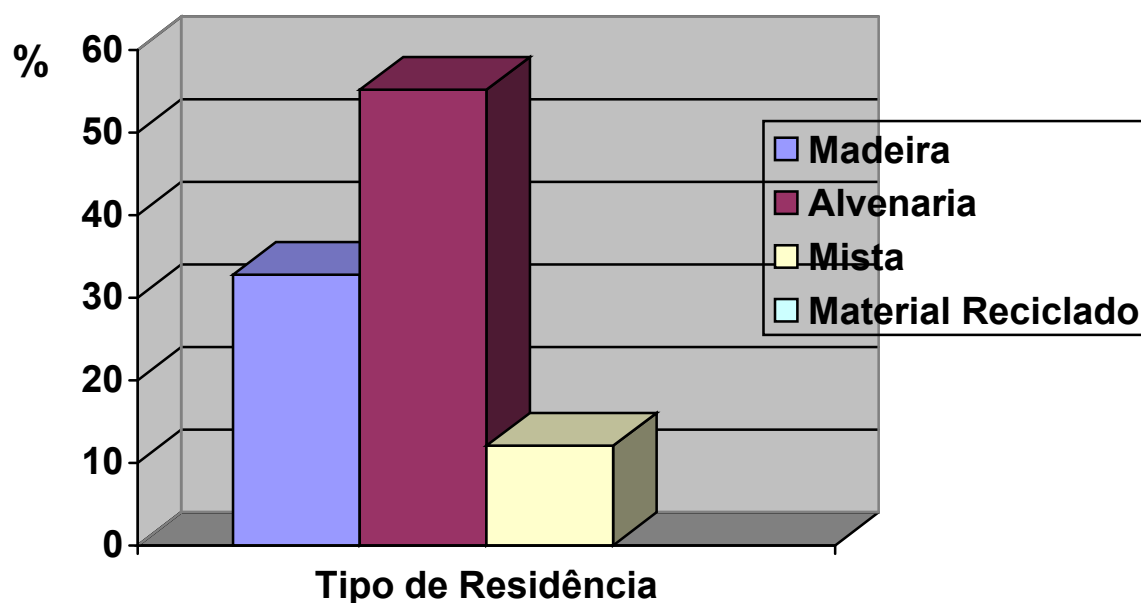


A idade das pessoas que compõem as famílias que têm crianças no CEMIC são as seguintes:

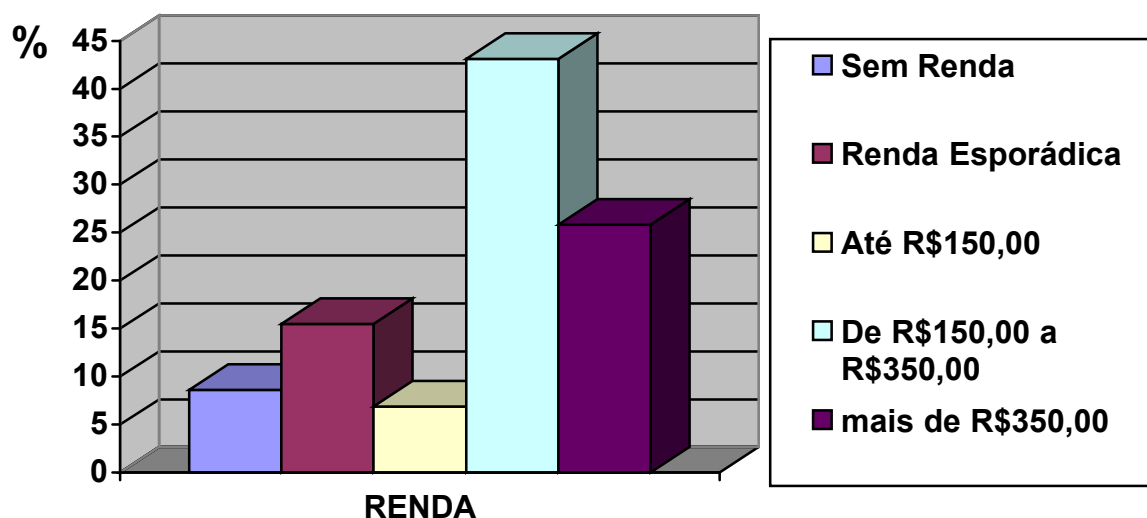
- De 0 a 6 anos são 26,61%.
- Na faixa etária de 7 a 12 anos são 25,47%.
- Em terceiro lugar encontra-se pessoas com idade entre 31 a 40 anos, sendo elas 13,68%.
- Em seguida temos a idade de 19 a 24 anos, com 10,64%.
- De 41 a 50 anos são 7,22%.
- Com 13 a 18 e 25 a 30 anos temos 6,46% cada.
- Com 51 a 60 anos são 1,9% e os acima de 60 anos representam 1,52%.



Tendo em vista a questão das condições de domicílio observa-se que 53,44% das famílias possuem sua casa própria. Já as que residem em moradias cedidas são 31,03% e apenas 15,51% pagam aluguel.



Constata-se que 55,17% das residências são de alvenaria, 32,75% de madeira e 12,06% é mista. Neste item também fazia parte do questionário as moradias construídas a partir de materiais recicláveis, não sendo encontrada nenhuma situação.

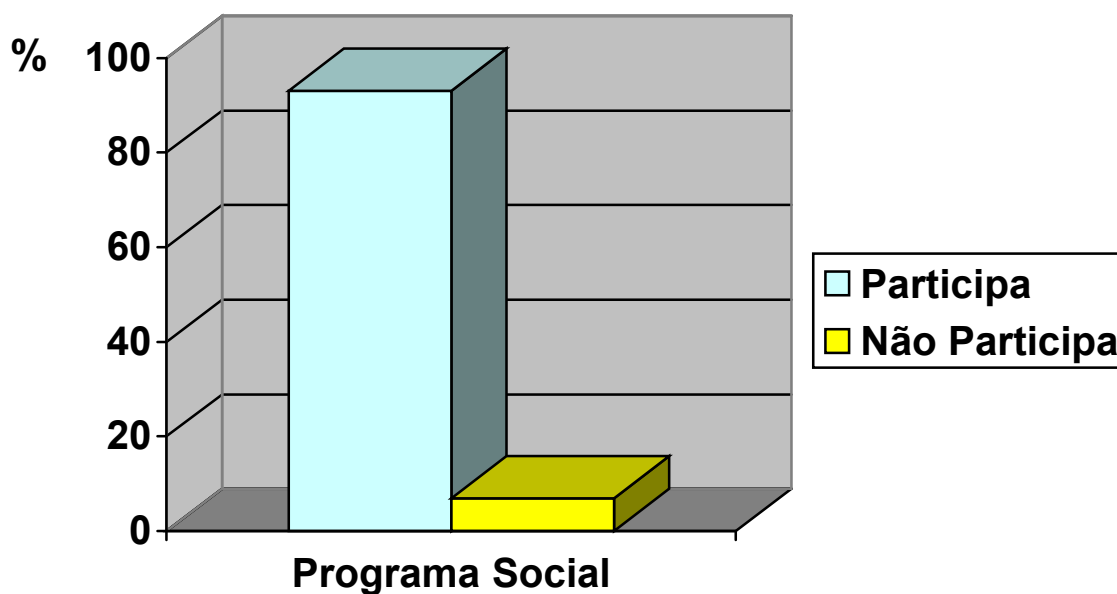


Das 58 famílias entrevistadas 43,10 % possuem uma renda mensal entre os valores de R\$ 151,00 a R\$ 350,00.

As que percebem valores acima de R\$ 350,00 são 25,86%, o que não representa um valor alto per capita, pois essas famílias possuem um número maior de membros.

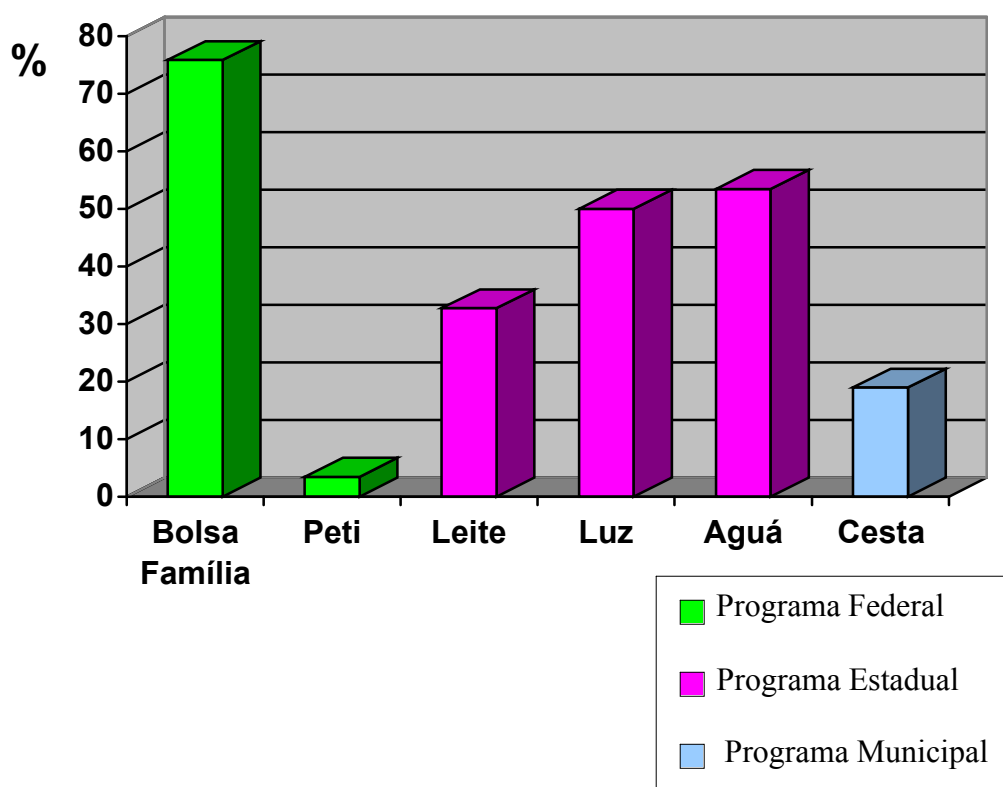
É importante destacar que 22,4% das famílias vivem com menos de R\$ 150,00 mensalmente ou sem uma renda fixa, dependendo de situações climáticas e econômicas para a sobrevivência.

Um outro dado que podemos destacar é que 8,62% das famílias declararam não possuir renda alguma, a não ser as provenientes de programas sociais.



Percebe-se que 93,10% das famílias que fizeram parte desta pesquisa recebem ajuda através de algum programa social. Este dado se relaciona com muitos outros, como, por exemplo, o que trata da renda familiar, onde mais de 30% das famílias vivem com menos de R\$ 150,00 mensais, ou não possuem renda fixa, ainda existindo aquelas que são dependentes dos programas sociais para sobreviverem.

As famílias que não participam de programas sociais representam 6,89%.

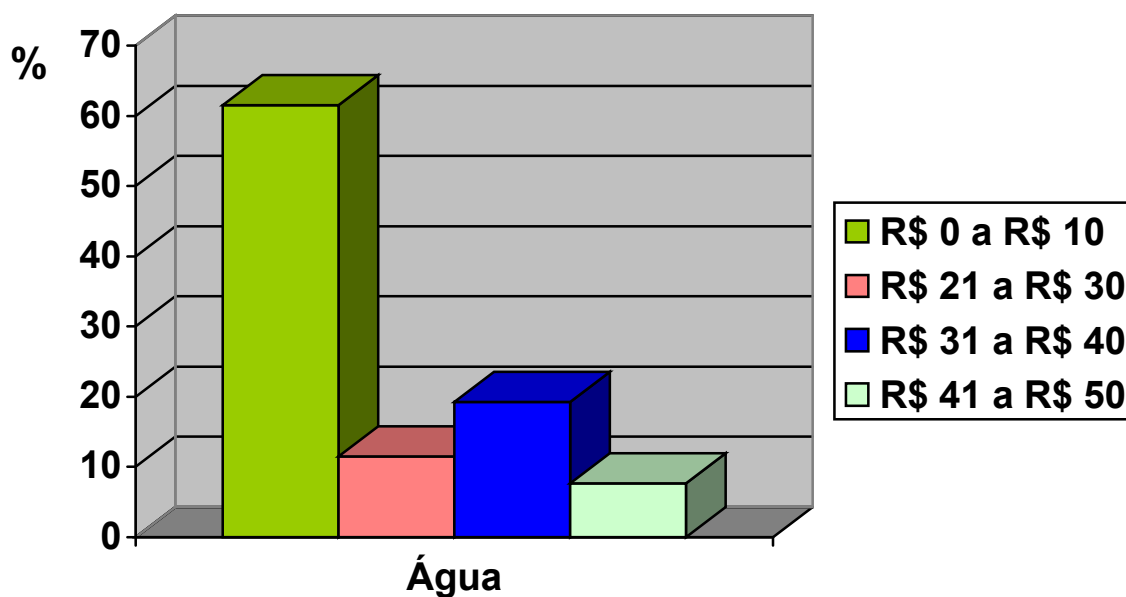


Do total de famílias que recebem ajuda de algum programa social, 79,03% estão inseridas nos programas “Bolsa Família” e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), ambos do Governo Federal.

Complementarmente a estes dois programas, o Estado do Paraná desenvolve os programas “Leite da Criança”, que conta com a participação de 32,75% das famílias, “Luz Fraterna”, com 50% de participação e o “Tarifa Social da Água”, onde 53,44% recebem o benefício.

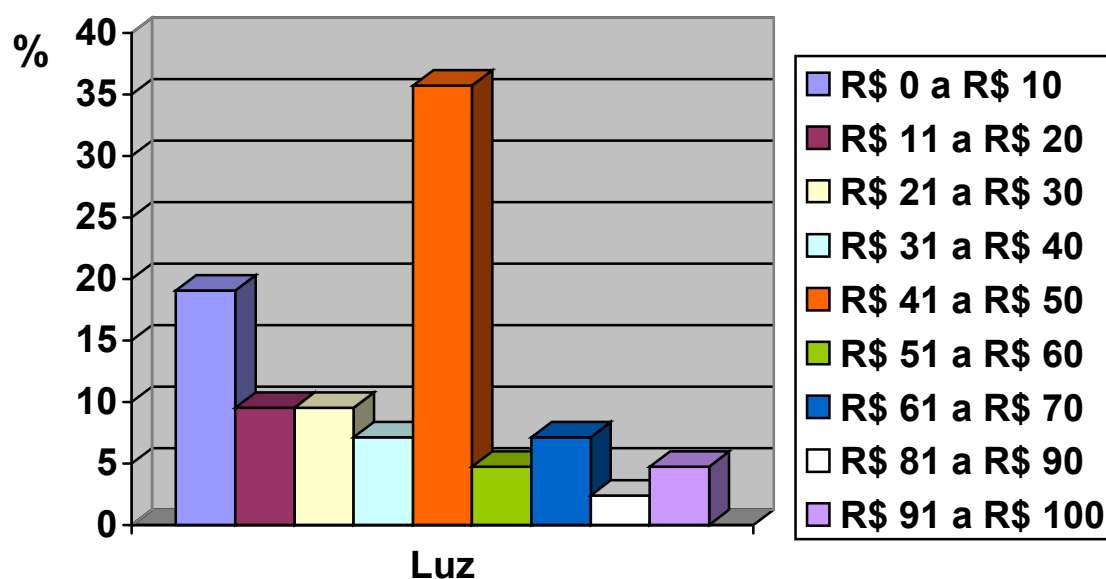
Ademais, 18,96% das famílias recebem cesta básica de instituições diversas, sendo as mais expressivas igrejas, PROVOPAR e prefeitura municipal.

GASTOS MENSAIS



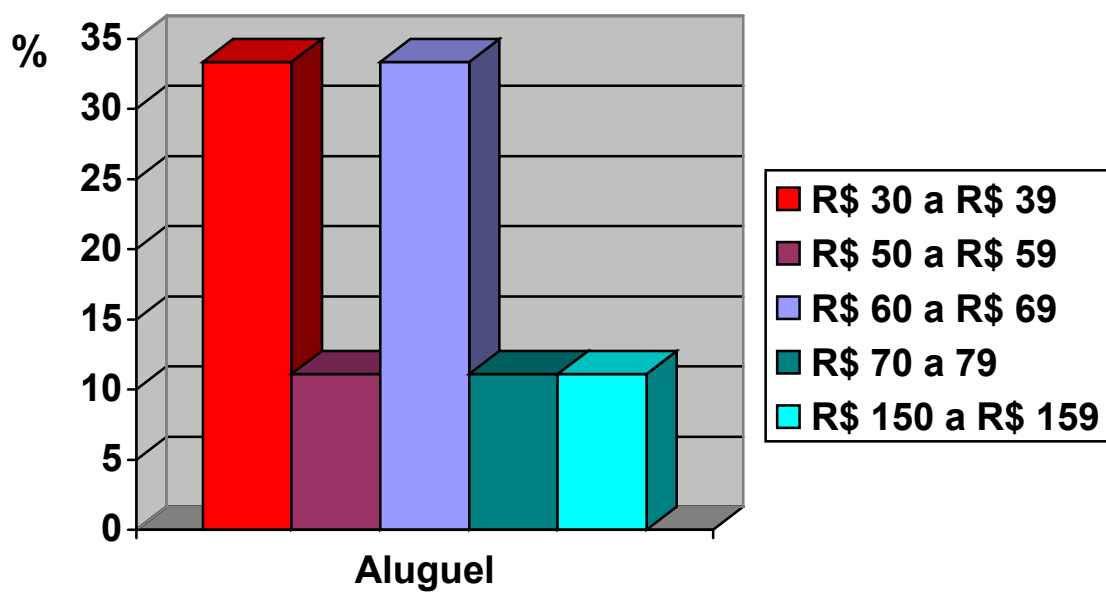
Conforme demonstrado no gráfico, a maioria das famílias gastam até R\$ 10,00 mensalmente com água, sendo 61,53%. Esse dado deve ser considerado tendo em vista sua relação com o Programa do Governo Estadual “Tarifa Social da Água”, que contribui para essa grande porcentagem de famílias que não gastam com água ou disponibilizam até o valor de R\$ 10,00 de sua renda mensal para essa despesa.

E, as que gastam de R\$ 31,00 a R\$ 50,00 mensalmente com água, representam 26,92% do total.

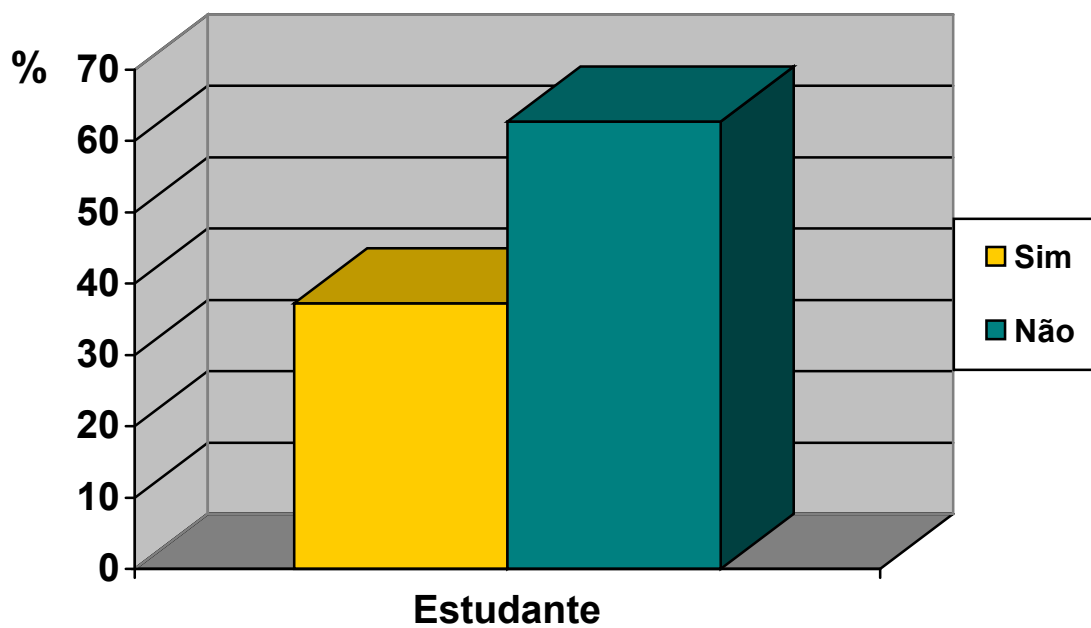


Os gastos com energia elétrica foram os que demonstraram maior variação, indo as despesas de valores baixos, como, por exemplo, R\$ 10,00 mensais, a outros que já causam ônus no orçamento familiar, como as acima de R\$ 70,00.

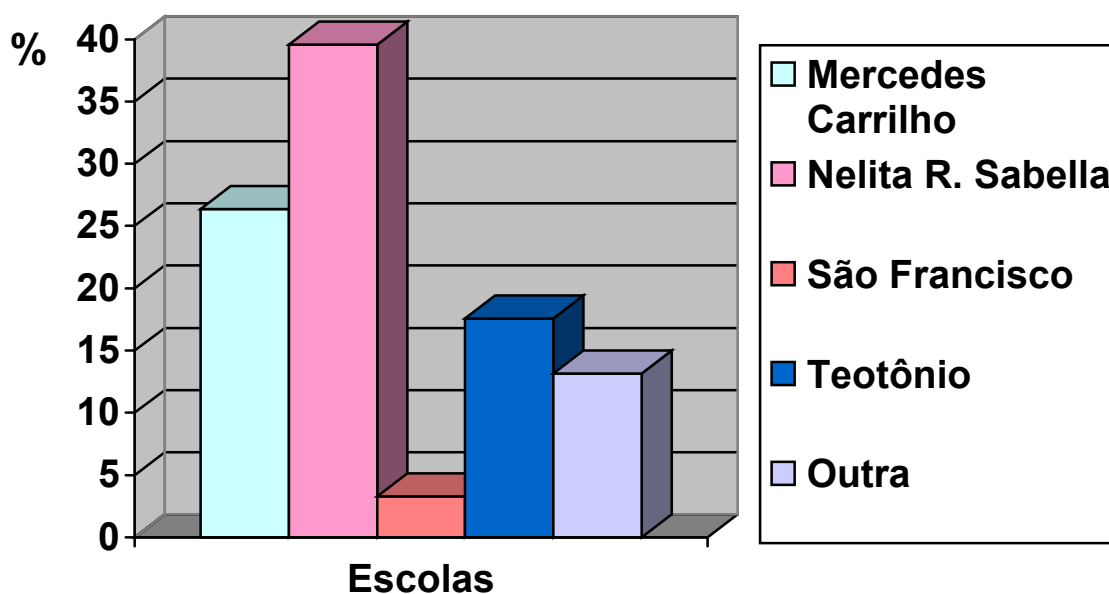
A maioria das famílias, ou seja, 35,71% disponibilizam entre R\$ 41,00 a R\$ 50,00 mensais com luz e 19,04% gastam até R\$ 10,00.



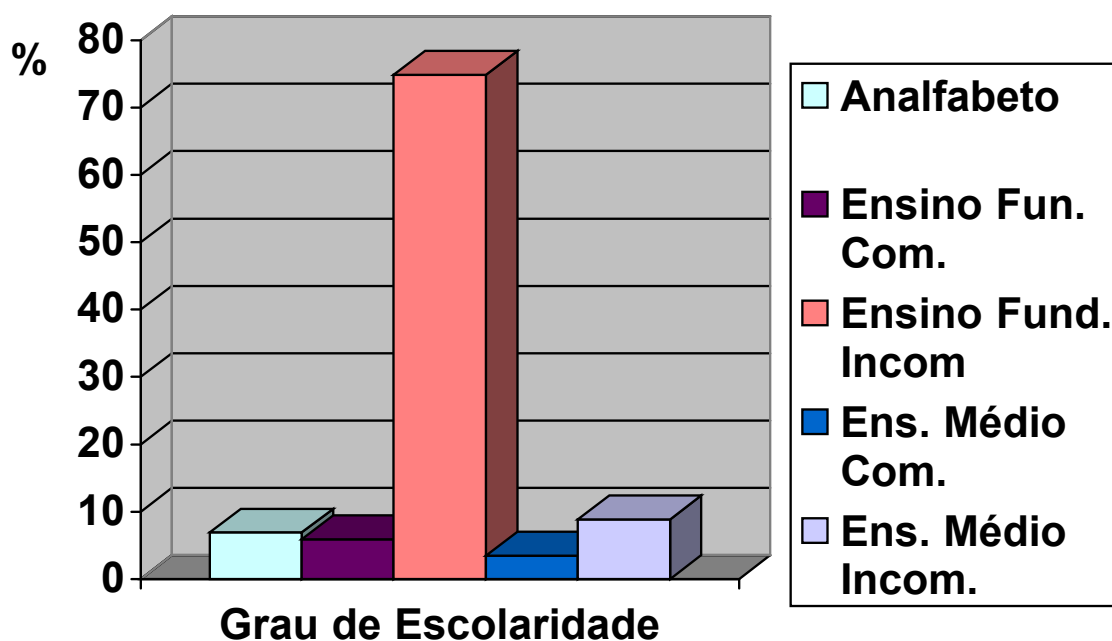
Como demonstrado em outro gráfico, 15,51% das famílias pagam aluguel e, destas, mais de 88% gastam entre R\$ 30,00 a R\$ 69,00.



Conforme os dados levantados, 62,73% das pessoas não estão estudando atualmente. As que estão representam 37,26%, sendo que a maioria são crianças em idade escolar obrigatória.



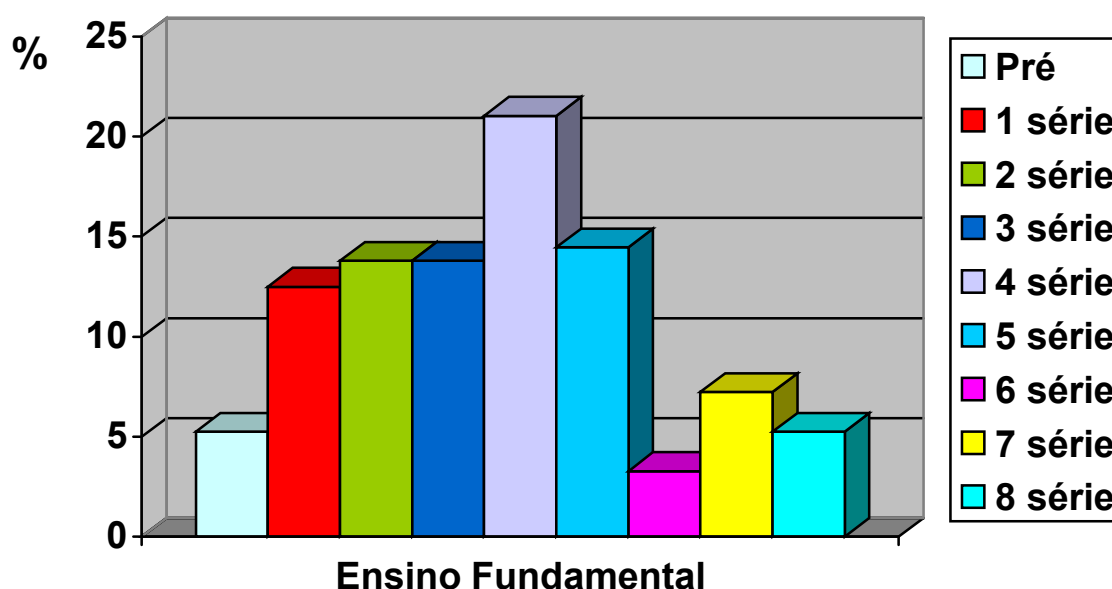
Das pessoas que estão estudando, 39,56% estudam na Escola Nelita Ramos Sabella, 26,37% na Escola Mercedes Carrilho, 17,58% no Colégio Teotônio Vilela, 3,29% no São Francisco e 13,18% em outros estabelecimentos. Neste último caso, especificamente, a maioria são adultos em fase de alfabetização.



Quando observamos a questão da escolaridade pode-se constatar que a grande maioria possui o ensino fundamental incompleto, representando 74,57% do total. As situações mais freqüentes, relatadas pelos entrevistados, que interferiram na conclusão dos estudos foram a necessidade de trabalhar e a gravidez na adolescência.

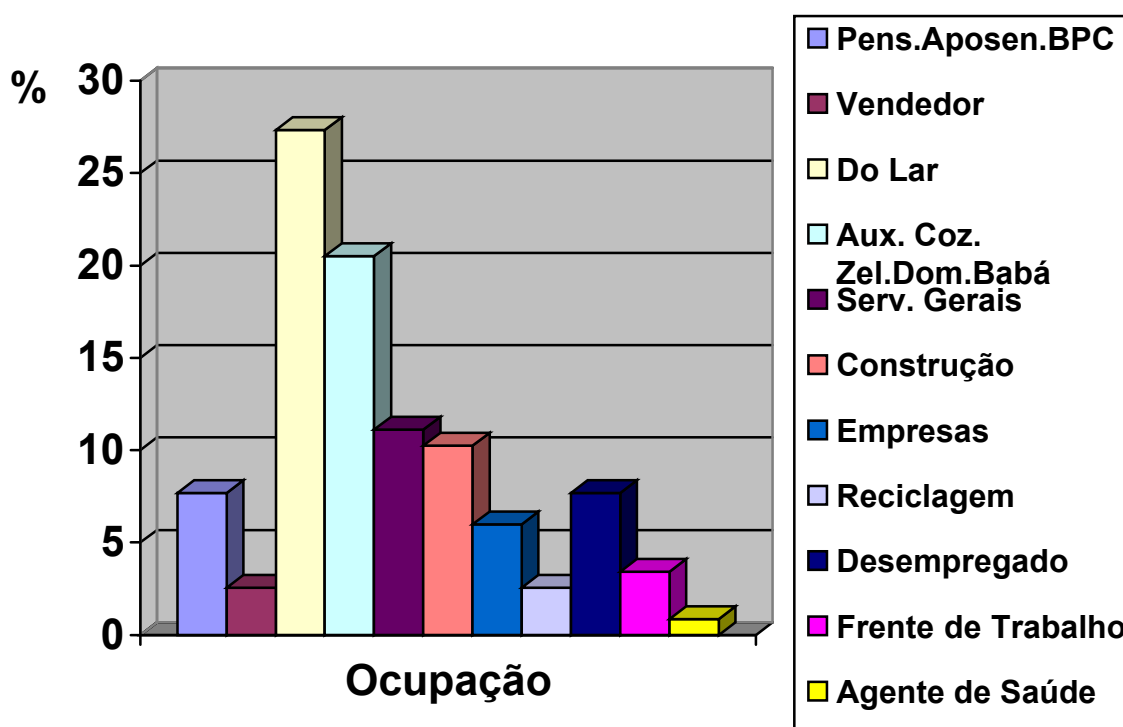
O percentual de analfabetos é de 6,89%, um número ainda alto, o que dificulta o ingresso dessas pessoas no mercado de trabalho, devido a grande concorrência existente hoje, que exige cada vez mais qualificação.

Em contrapartida, não foi encontrada nenhuma pessoa que tenha iniciado ou concluído o ensino superior.



Constatou-se que o grau de escolaridade da maioria das pessoas é o ensino fundamental incompleto, que é bastante amplo, tendo em vista que abrange desde o pré-escolar à 8ª série.

Sendo assim, faz-se necessário relatar que 35,52% das pessoas que têm o ensino fundamental incompleto estudaram até a 4ª ou 5ª série e apenas 5,26% pararam os estudos na 8ª série.



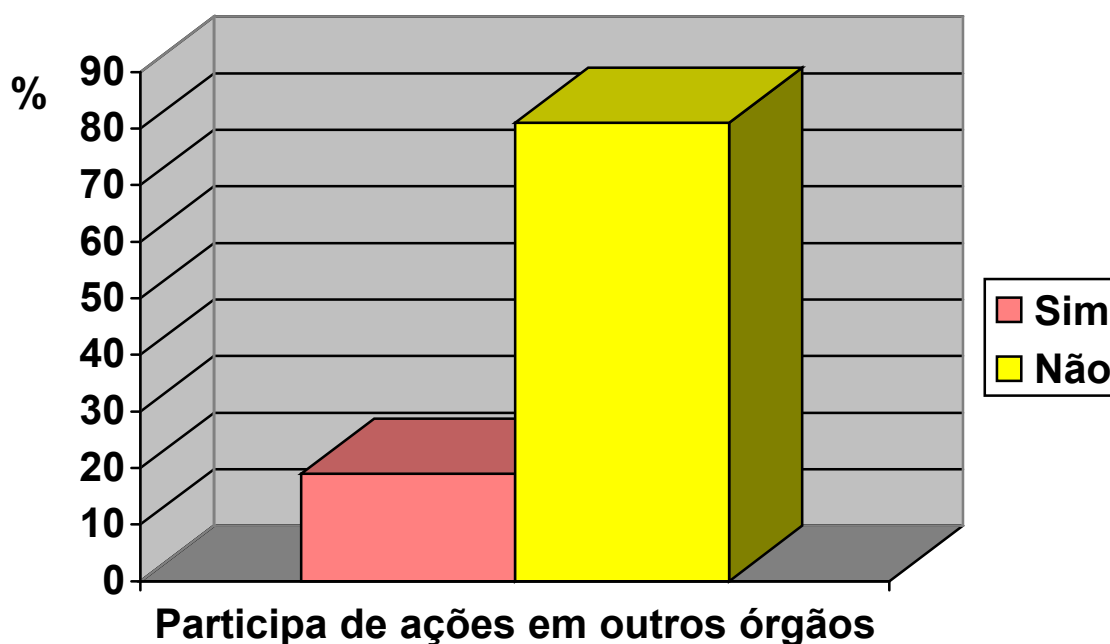
Do universo de 263 pessoas que fizeram parte desta pesquisa, 117 possuem idade para ingressarem no mercado de trabalho.

Sendo assim, os dados apresentaram que 27,35% são mães que se ocupam somente com funções relativas às suas respectivas residências, não trabalhando para outras pessoas.

As ocupações de auxiliar de cozinha, zeladora, doméstica e babá representam juntas 20,51%.

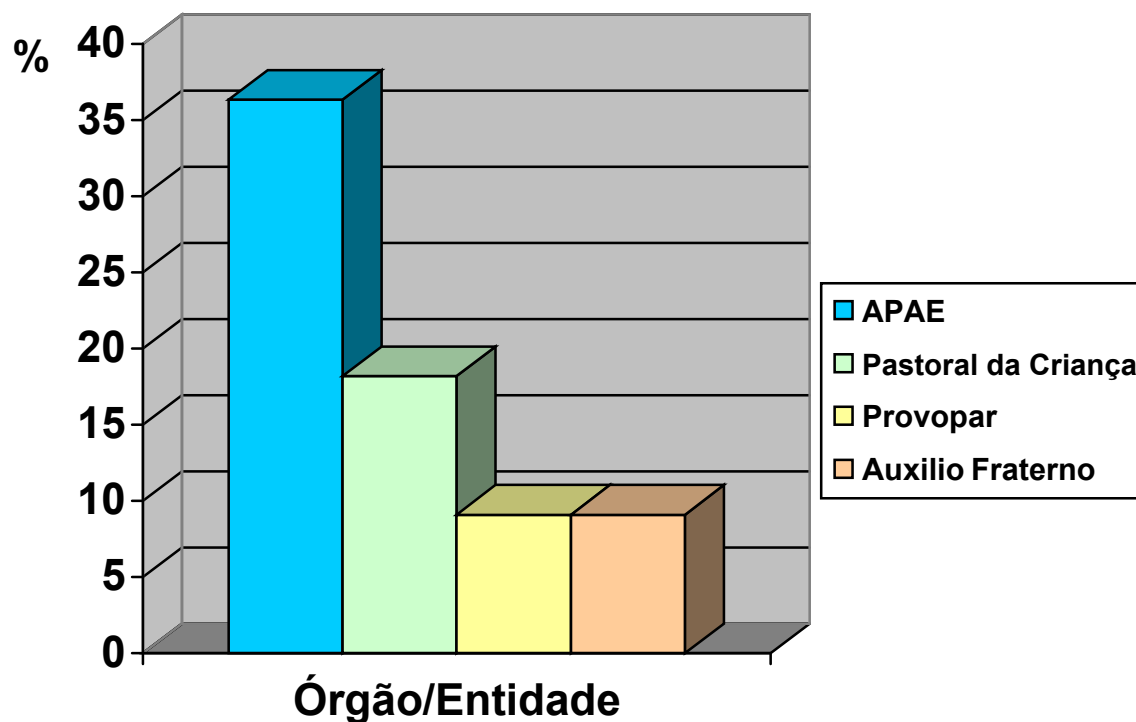
No que se refere a serviços gerais e atividades relacionadas a construções civis, os dados mostraram que o primeiro representa 11,11% das ocupações e o segundo 10,25%.

Um outro dado que merece destaque é o que traz a porcentagem de pessoas que se encontram desempregadas, sendo elas 7,69% do total.



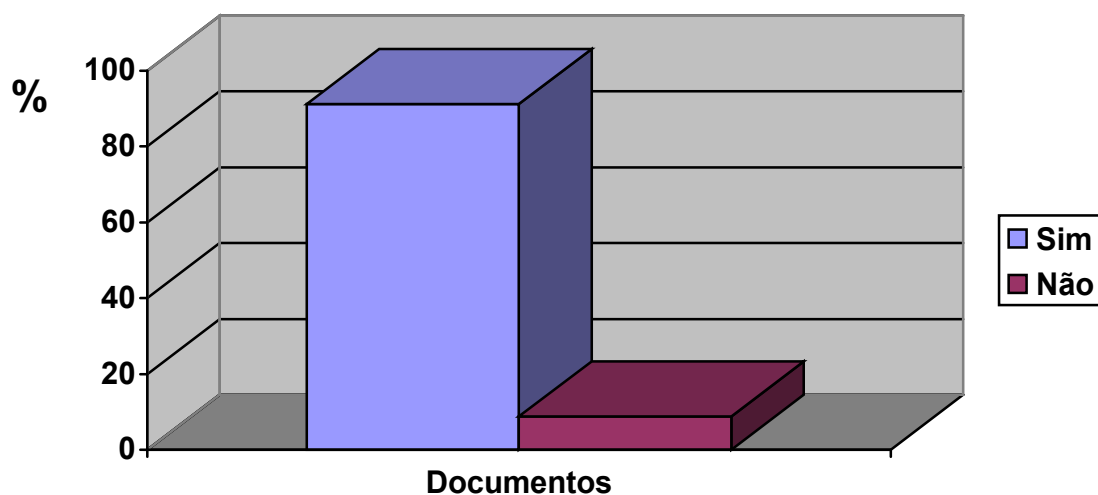
Quando perguntadas se participavam de ações em outros órgãos, 81,03% responderam que não.

Já as que participam de ações em outros órgãos são 18,96%. No entanto, essa participação se configura como uma necessidade, já que são órgãos que prestam serviços sociais e filantrópicos, não existindo famílias inseridas em associações de moradores e outros mecanismos de participação congêneres.



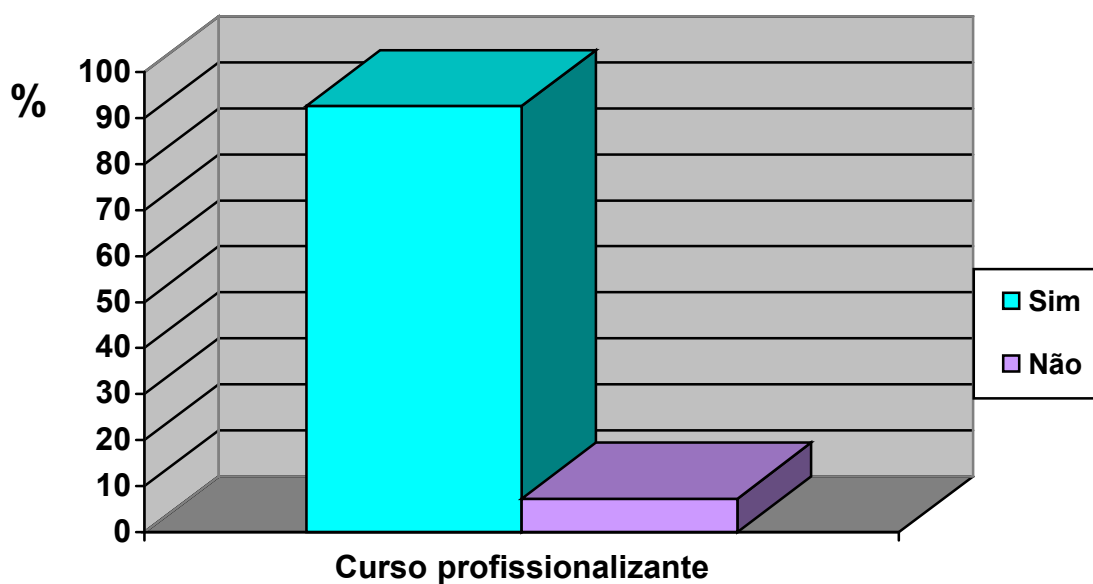
Como relatado anteriormente, a participação das famílias do CEMIC em outros órgãos/entidades se dá através da necessidade, seja ela de apoio no cuidado com pessoas portadoras de deficiência ou relacionadas ao auxílio com cestas básicas.

A Apae é a entidade que as famílias mais participam, contando com uma porcentagem de 36,36%. Em segundo lugar está a Pastoral da Criança, organizada pela Igreja Católica, com 18,18%. A Provopar e o Auxílio Fraternal representam 9,09% cada.



Observa-se que a maioria das pessoas possuem seus documentos, sendo elas 91,25%. Esse dado possui relação com o que tratou da participação em programas sociais, pois sem os documentos as famílias não podem receber os benefícios dos vários programas.

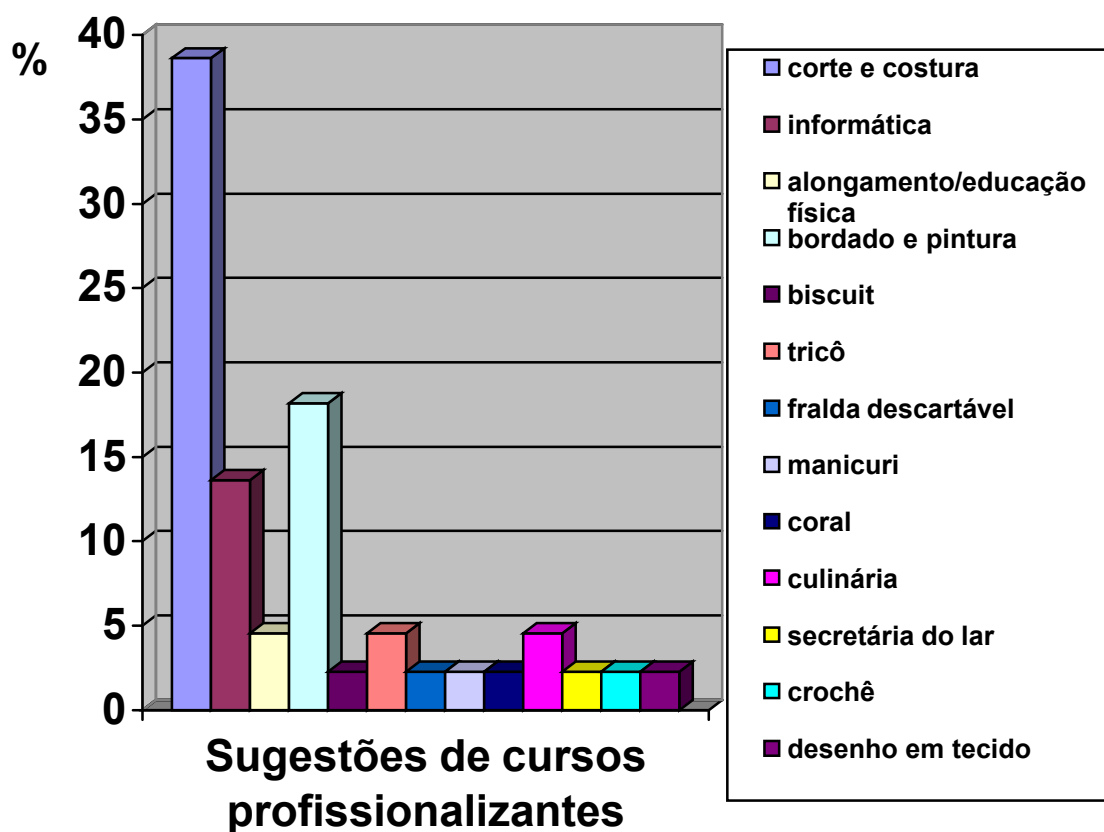
As pessoas que relataram a falta de documentos representam 8,74%.



Durante a realização das entrevistas perguntou-se às famílias se gostariam de participar de algum curso profissionalizante no CEMIC.

As respostas foram as seguintes: 92,72% disseram que gostariam de participar, desde que os horários fossem compatíveis com a jornada de trabalho e se houvesse interesse pelo curso.

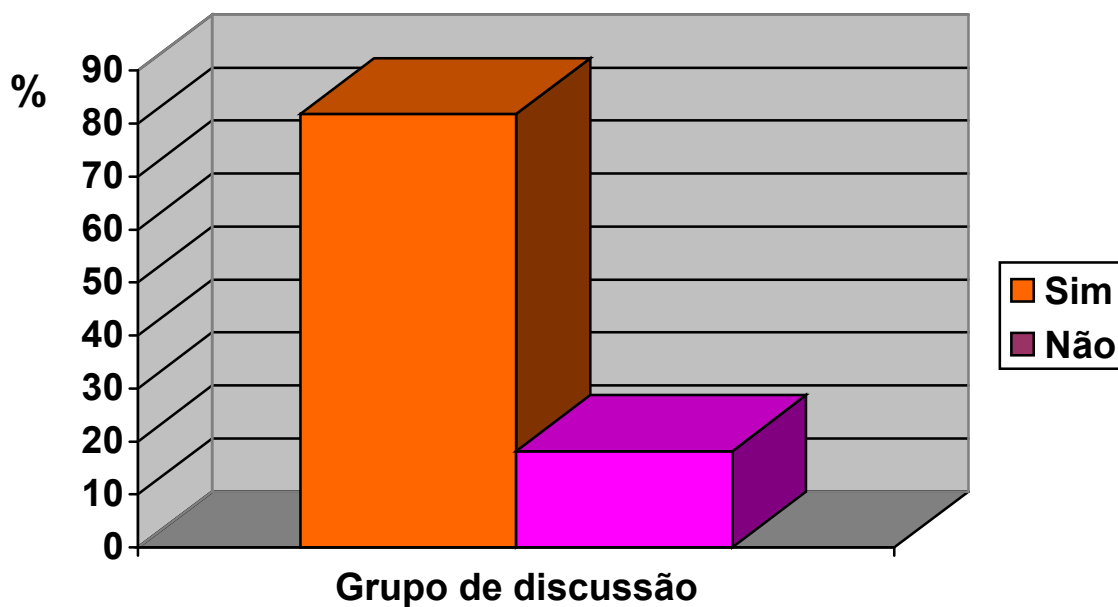
Apenas 7,27% responderam que não gostariam de participar, sendo o principal motivo o trabalho, pois muitas vezes as mães trabalhadoras precisam cuidar dos afazeres domésticos em suas residências.



Com o objetivo de oferecer cursos que estejam em consonância com o interesse das famílias pediu-se sugestões de cursos profissionalizantes.

O curso que recebeu o maior número de sugestões foi o de corte e costura, com 38,63% do total de famílias que gostariam de participar de algum curso profissionalizante.

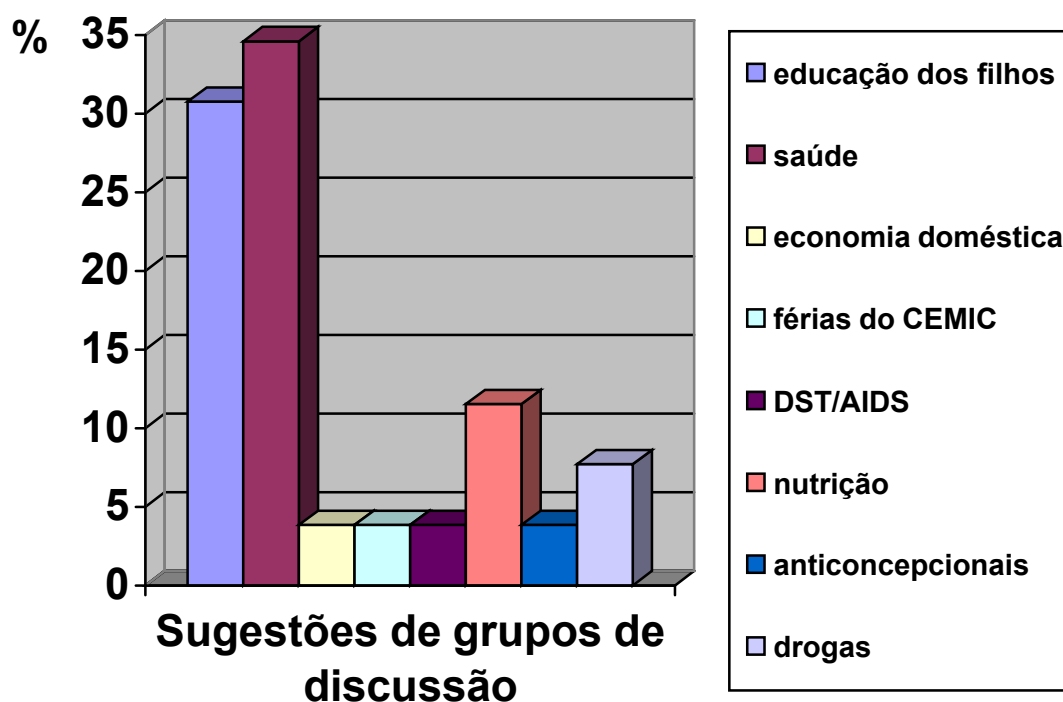
Em seguida vieram os cursos de bordado e pintura, representando 18,18%, e informática, com 13,63%.



Também foi perguntado às famílias se gostariam de participar de algum grupo de discussão ou palestra sobre algum tema específico.

Outra vez a maioria respondeu que sim, gostariam de participar de grupos de discussão ou palestra, configurando uma porcentagem de 81,81% das famílias.

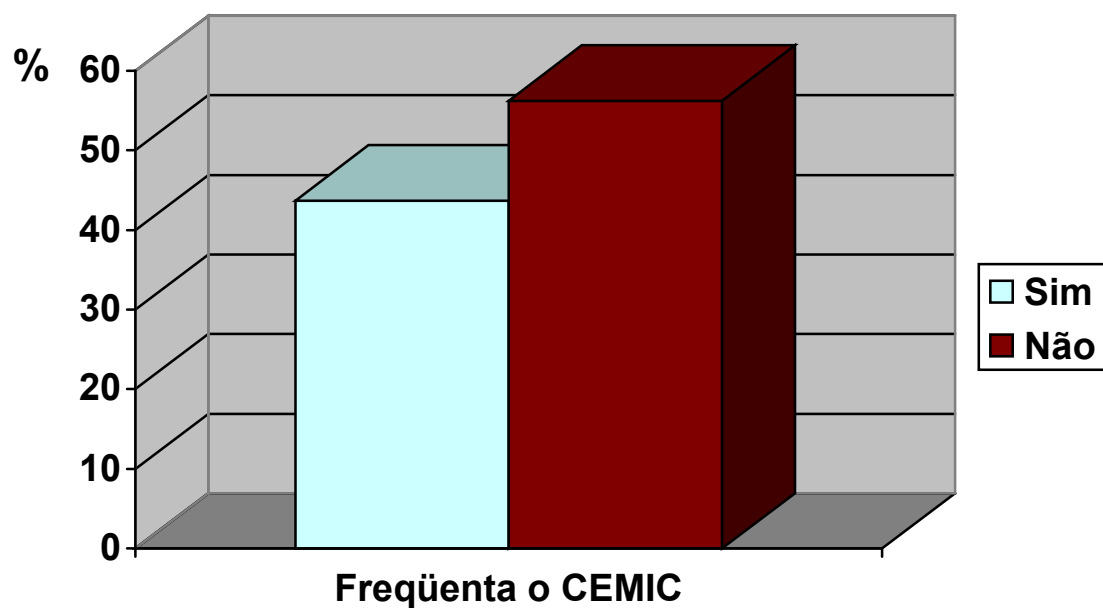
Já as que não gostariam de participar são 18,18%, motivadas pelas mesmas situações referentes ao curso profissionalizante.



As sugestões de grupos de discussão que se sobressaíram foram os temas relacionados à saúde e educação dos filhos.

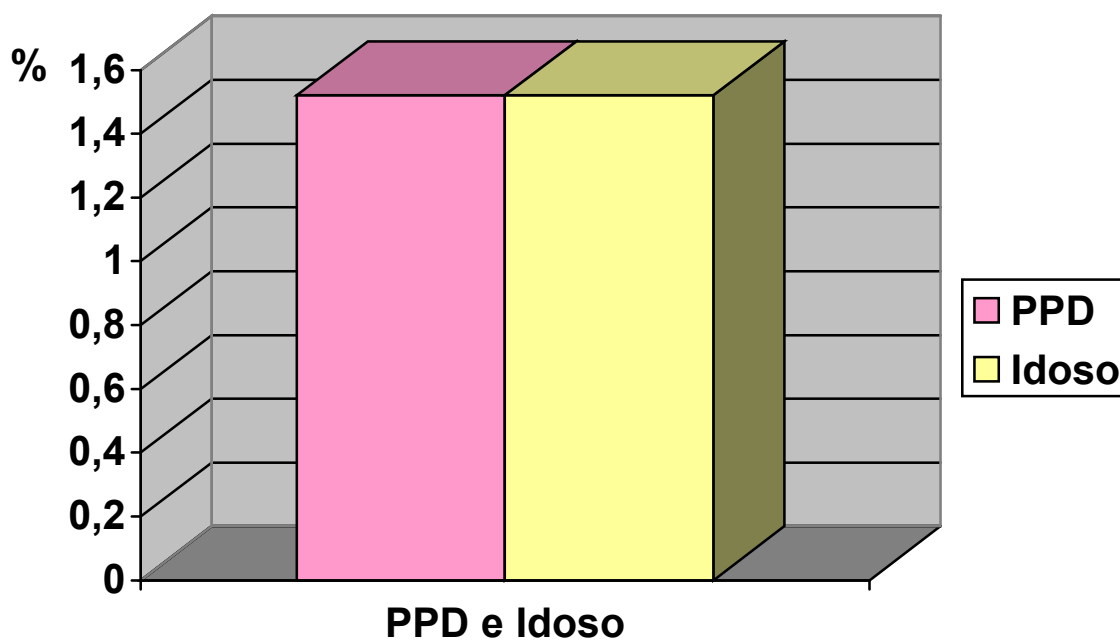
Foram 34,61% das famílias que sugeriram um grupo de discussão sobre temas relacionados a saúde.

Já relacionado a educação dos filhos foram 30,76%. Por se tratar de famílias que têm filhos em processo de desenvolvimento físico, psíquico e social, muitas relataram a dificuldade de educação dos mesmos.

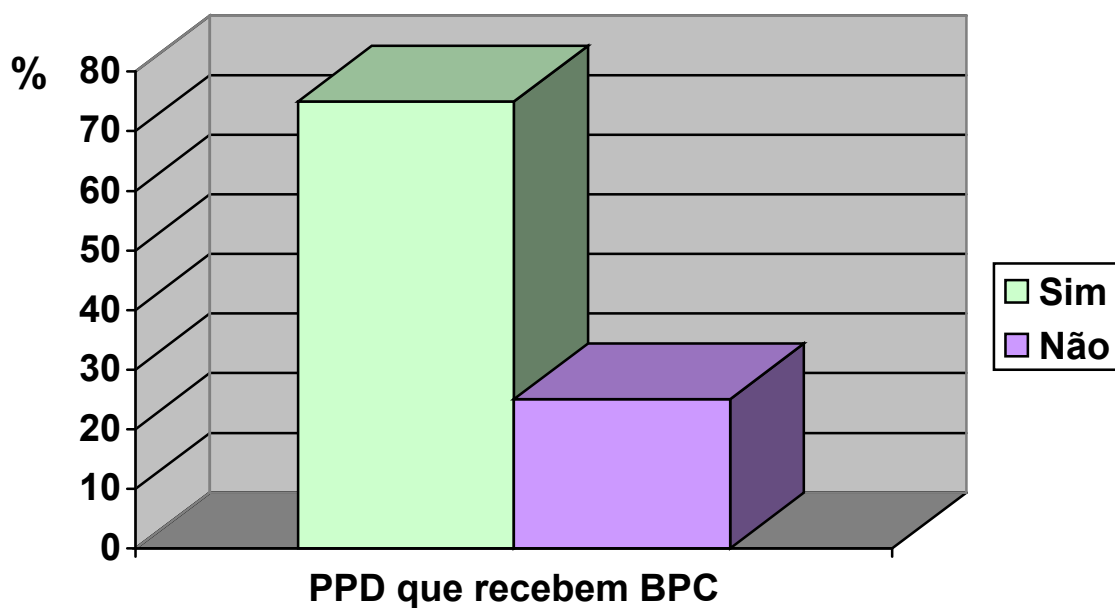


Das 263 pessoas que fazem parte desta pesquisa, 56,27% não freqüentam o CEMIC, sendo elas os pais, avós e irmãos das crianças.

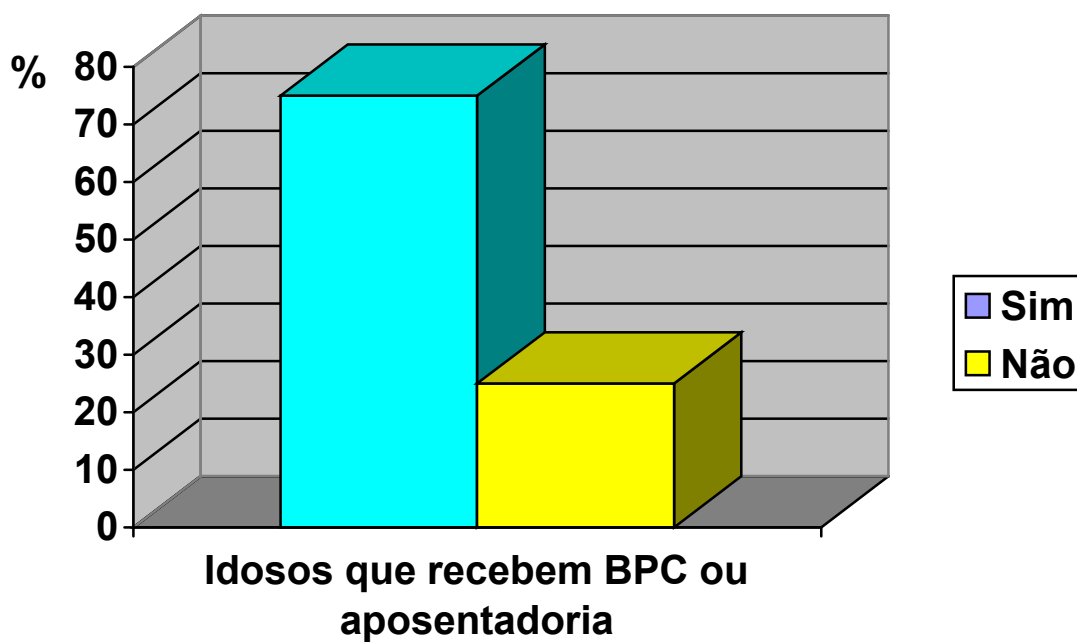
O percentual de participantes é de 43,72%.



Aprende-se que as pessoas portadoras de deficiência (PPD) e idosas (maiores de 65 anos) representam 1,52%, cada uma, do total de 263 pessoas que fazem parte desta pesquisa.



Das pessoas que são portadoras de deficiência, 75% recebem o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e 25% não recebem.



Igualmente ao dado anterior, no que se refere a idosos que recebem o BPC ou aposentadoria, 75% responderam que sim e 25% não recebe nem o benefício de prestação continuada como também não são aposentados.